

## **(RE)DISCUTINDO SEXO/GÊNERO NA SOCIOLINGUÍSTICA**

Raquel Meister Ko. Freitag

### **INTRODUÇÃO**

A Sociolinguística Variacionista se constituiu como campo de pesquisa na década de 1960, com o objetivo de desvelar a covariação entre língua e sociedade. Uma das categorias controladas para averiguar esta covariação é a do sexo; os primeiros estudos apontaram a preferência das mulheres por variantes linguísticas com maior prestígio, assim como a maior sensibilidade feminina ao prestígio social das formas linguísticas. Daí decorre que mulheres tendem a liderar processos de mudança linguística que envolvem

variantes prestigiadas, e assumem uma atitude conservadora quando as variantes são socialmente desprestigiadas (homens tendem a liderar a mudança, nesse caso). Mas se a Sociolinguística tem como premissa, em tendência ampla, o estudo da relação entre língua e sociedade, precisa considerar que a sociedade muda; se a sociedade muda, as explicações do modelo teórico-metodológico deveriam, também, mudar: a explicação de as mulheres preferirem as formas padrão ou não estigmatizadas, por conta de seu papel como mães e educadoras, talvez fosse válida e pertinente nos anos 1960; hoje, não se pode dizer que é este o papel das mulheres na sociedade.

O desvelamento da dinamicidade da língua tem sido atribuído às contribuições advindas deste campo do saber. No entanto, para ampliar o seu poder explanatório, faz-se necessário trazer para a interface também a dinâmica social. Este capítulo tem por objetivo (re)discutir a variável sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros.<sup>1</sup> Para tanto, três movimentos são apresentados neste capítulo: 1) a contextualização da variável sexo/gênero; 2) a sua apropriação no domínio da Sociolinguística; e 3) a revisão das abordagens para a variável sexo/gênero, com o balanço dos encaminhamentos.

## 1.1 PERFIL DO GÊNERO NO BRASIL

Em 2014, o IBGE publicou o relatório *Estatísticas de Gênero*, que apresenta uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010, em cotejamento, quando possível, com os resultados do censo de 2000. Dado seu viés quantitativo, característico da metodologia censitária e aderente à perspectiva sociolinguística, conhecer o panorama do gênero no Brasil dos últimos 20 anos pode auxiliar no desvelamento da dinâmica social que norteia as hipóteses de gênero na Sociolinguística.

O primeiro ponto a destacar é que, assim como a Sociolinguística tem feito, o IBGE controla a variável sexo, e a partir da desagregação e recombinação das variáveis, as estatísticas geradas podem revelar diferenças de padrões quanto ao sexo em áreas como saúde, educação, vida familiar, trabalho; considerando que na sociedade há valores e diferenças de comportamentos esperados para homens e para mulheres, o cotejamento das estatísticas destas diferenças por sexo sinaliza padrões de gênero, especialmente em áreas em que homens e mulheres não podem, ainda, desfrutar das mesmas oportunidades ou do mesmo status, como a participação no mercado de trabalho e o acesso ao ensino superior, por exemplo. Nesta

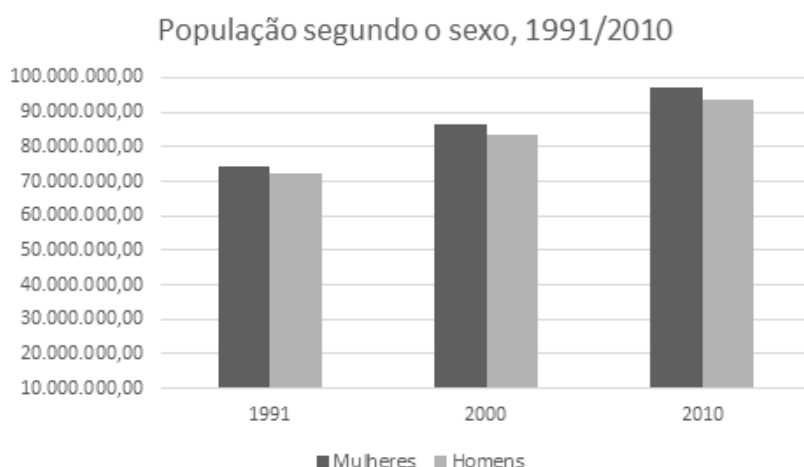
---

1 O título do capítulo retoma o título do simpósio temático organizado no Fazendo Gênero 10, em 2013.

perspectiva, “a produção de estatísticas de gênero implica, portanto, na desagregação de dados individuais por sexo e outras características de forma a revelar essas diferenças ou desigualdades, e implica investigar questões específicas que afetam mais um sexo do que o outro.” (IBGE, 2014, p. 10-11).

No Brasil, em 2010, havia mais mulheres do que homens. A razão de sexo (razão entre o número de mulheres em comparação ao número de homens), em 2010, foi de 96,0, o que significa que havia 96 homens para cada 100 mulheres. Este é um cenário diferente do da China e da Índia, por exemplo, países em que a razão do sexo é inversa da do Brasil: há mais homens do que mulheres. No Brasil, “o lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero diminuiu as tradicionais barreiras com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, reduziu a taxa de fecundidade e elevou continuamente a escolaridade das mulheres nas últimas três décadas.” (IBGE, 2014, p. 94).

**Gráfico 1: Evolução da população segundo o sexo, 1991/2010. Fonte: IBGE, 2014**



Em 2000, do total de domicílios particulares permanentes urbanos, 75,1% tinha responsabilidade masculina e 24,9%, feminina. Em 2010, eram 61,3% com responsável homens e 38,7%, mulheres. Em uma década, a responsabilidade feminina aumentou 13,7 pontos percentuais. Porém, “com a desagregação dos dados de sexo em função do tipo de composição familiar, 23,8% de mulheres são responsáveis pela família em arranjos de casais sem filhos e, em casais com filhos, 22,7%. A expressividade feminina se manifesta nas famílias monoparentais (sem cônjuge e com filhos): as mulheres são 87,4% das responsáveis por este tipo de família.” (IBGE, 2014, p. 64). O aumento da responsabilidade feminina está relacionado a um

cenário de vazio masculino; a ocupação desse espaço só se torna possível em função do acesso à escolarização e ao mercado de trabalho, o que significa se desvencilhar das tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres: o cuidado a membros da família (crianças, idosos e incapacitados) e afazeres domésticos. Tais papéis impactam na autonomia das mulheres e nas suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Duas constatações são importantes nesse sentido. Uma é a queda no nível de fecundidade: “nas décadas de 1950 e 1960, a taxa de fecundidade total estava em torno de 6,20 filhos por mulher, em média, enquanto, em 2013, este indicador foi de 1,77, refletindo o rápido declínio da fecundidade” (IBGE, 2014, p. 59). Quanto menos filhos, maior a possibilidade de inserção no mercado de trabalho; a relação entre a ocupação das mulheres e a existência de filhos corrobora essa premissa: “O nível de ocupação das mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhos de 0 a 3 anos que frequentam creches (65,4%) é bem superior ao daquelas mulheres cujos filhos não frequentam (41,2%) ou apenas um filho frequenta creche.” (IBGE, 2014, p. 113).

O acesso ao estudo é também primazia feminina. Em todos os cenários, a taxa de mulheres frequentando a escola, nos diferentes níveis de ensino e em diferentes faixas etárias, sempre é superior à dos homens: “em 2010, havia um contingente maior de mulheres entre os universitários de 18 a 24 anos de idade. Sua proporção supera em 14,1 pontos percentuais a dos homens, representando 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior nessa faixa etária.” (IBGE, 2014, p. 101). Tal cenário pode ser decorrente de fatores relacionados “a papéis de gênero, como a inserção precoce no mercado de trabalho, [fazendo com que] os jovens do sexo masculino acabam saindo do sistema educacional antes de completar o ensino médio em maior proporção.” (IBGE, 2014, p. 99).

Com o aumento da escolarização e redução da taxa de fecundidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho vem crescendo sucessivamente. No entanto, mesmo as mulheres apresentando maior escolaridade, a diferença de rendimento entre homens e mulheres ainda é significativa: “no Brasil, a contribuição da renda da mulher na composição da renda familiar foi, em 2010, de 40,9% do total.” (IBGE, 2014, p.66)

O nível de instrução das mulheres ocupadas é superior ao dos homens, que apresentam, maior proporção de ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto. Apesar da maior escolaridade, a inserção das mulheres em ocupações cuja relação salarial seja marcada pela posse da carteira assinada ainda é inferior à dos homens e pode estar revelando a atuação das forças estruturais que, ao se sobreporem às políticas de ativação da oferta de trabalho, se tornam fontes importante na perpetuação das desigualdades

de gênero no mercado de trabalho brasileiro. (IBGE, 2014, p. 112).

As diferenças de gênero ficam mais salientes quando se cotejam as áreas de formação e o rendimento: as áreas de formação em que as mulheres estão em maior proporção – Educação (83,0%) e Humanidades e Artes (74,2%) – são as que registraram os menores rendimentos médios mensais entre as pessoas ocupadas (R\$ 1.810,50 e R\$ 2.223,90, respectivamente), independentemente do setor onde essas pessoas trabalham. Em nenhuma das áreas de formação os rendimentos feminino e masculino se igualaram. Em áreas de formação como “Ciências Sociais, Negócios e Direito, as mulheres recebiam apenas 66,3% dos rendimentos dos homens. Esse valor médio do rendimento abarca tanto as escolhas por profissões e carreiras diferentes entre homens e mulheres dentro dessa área geral [...] quanto uma possível discriminação por gênero no mercado de trabalho, entre outros fatores.” (IBGE, 2014, p. 104).

Os dados censitários mostram que, nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres em idade ativa ocupadas mais que dobrou; porém, a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidados continua sendo uma atribuição quase exclusivamente feminina, reiterando os papéis de gênero historicamente constituídos.<sup>2</sup> Apesar disso, o cenário dos papéis da mulher na sociedade, hoje, é bem diferente do que era ao início da década de 1980, quando se começaram a plantar as primeiras sementes sociolinguísticas no Brasil, com o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), grupo liderado por Antony Naro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>3</sup> No entanto, no cenário da pesquisa sociolinguística, especificamente quanto ao gênero, as pesquisas no Brasil continuam se apoiando naquilo que alguns pesquisadores denominam de “hipóteses clássicas”.

2 Um dos fatores que exerce forte influência na desigualdade de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres é a conciliação entre trabalho e vida familiar (SIQUEIRA, 2002; CYRINO, 2009); em nossa sociedade, tradicionalmente recai sobre a mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico, remunerado e não remunerado. Apesar de sua importância, o trabalho doméstico, quando remunerado, tem rendimentos baixos e é precarizado; quando não remunerado, ocupa parte expressiva da jornada de trabalho feminina, constituindo-se, muitas vezes, em uma segunda jornada de trabalho, e não conta para a formação de rendimentos.

3 Este modelo de pesquisa sociolinguística – com a constituição de bancos de dados sociolinguísticos – foi replicado posteriormente por outros projetos, como *Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil* (VARSUL), *Variação Linguística no Estado da Paraíba* (VALPB), *Dialetos Sociais Cearenses*, entre outros (SCHERRE; RONCARATI, 2008). As ações destes grupos têm trazido subsídios para a descrição do português brasileiro, o que é facilitado por conta da relativa padronização metodológica que garante a comparabilidade dos resultados. Para possibilitar o cotejamento entre o linguístico e o social, os informantes selecionados para compor as amostras sociolinguísticas são estratificados de acordo com variáveis sociodemográficas amplas, aos moldes do que o IBGE controla em suas amostragens, como o sexo, a faixa etária, nível de escolarização, zona de residência etc.

Parece ser contraditório ter “hipóteses clássicas” em uma ciência que se propõe ser interdisciplinar com foco em relações dinâmicas, como a sociedade e a língua, principalmente num campo que tem mostrado tendências de abordagem distintas como é o caso do campo em exame, perpassando por rótulos diferenciados, como sexo, feminismo e gênero.

## **1.2 FEMINISMO, DO SEXO AO GÊNERO, E A LINGUAGEM**

Para entender o que subjaz aos rótulos das categorias sexo e gênero, é preciso falar das três ondas do feminismo (cf. COSTA, 2002; NARVAZ; KOLLER, 2006, FRASER, 2007, entre outros). Gerações, fases ou ondas, em distintas épocas; não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos. A primeira onda refere-se ao surgimento do movimento feminista, no início do século passado, um movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, que eram prerrogativas masculinas. O foco do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

A segunda onda emerge nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na França, com matizes diferenciados. As americanas focavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, caracterizando o movimento conhecido como “feminismo da igualdade”; já o foco das francesas era a necessidade de valorização das diferenças entre homens e mulheres, dando ênfase às especificidades da experiência feminina, geralmente negligenciada, caracterizando o movimento conhecido como “feminismo da diferença”. São posições paradoxais e ao mesmo tempo complementares: subjetividades diferentes, masculinas e femininas, podem ser iguais, no sentido de serem equivalentes, o que leva à noção de equidade e paridade no debate igualdade-diferença.

Nos anos 1980, com a influência pós-modernista, a ênfase do movimento passa à questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, um campo dialógico e intersubjetivo. Emerge, então, a terceira onda, cujo foco são as diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. A mudança do foco leva também a um deslocamento do campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina.

Como os movimentos nas demais áreas do conhecimento, as três ondas do feminismo não podem ser entendidas em uma perspectiva histórica linear. As diferentes propostas características de cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram, e ainda coexistem, na contemporaneidade.

As ondas do feminismo influenciam as diferentes abordagens para linguagem e gênero. Coates (2006) aponta quatro perspectivas de abordagem para o tratamento da relação entre linguagem e gênero na Sociolinguística: déficit, dominância, diferença e construção social. As perspectivas se alinham às ondas do feminismo e, como tal, não há fronteiras rígidas que segmentam cada abordagem; há, em muitos casos, entrelaçamentos e sobreposições.

Os primeiros estudos no campo da sociolinguística se caracterizam pela abordagem do déficit, com o trabalho de Robin Lakoff (1972), *Language and woman's place* como referência. A tese de Lakoff é a descrição de uma linguagem das mulheres, um sexoletto, cujas características linguísticas são: vocabulário específico (“coisas de mulher”), adjetivos vazios (“divino”, “maravilhoso”), entonação interrogativa em contextos em que se esperaria entonação assertiva, marcadores discursivos como estratégias de defesa (evidenciais epistêmicos, adversativos, etc.), cuidado com a correção da linguagem (“gramática excessivamente certinha”), polidez, não uso de palavrão, e parecem falar dando ênfase a tudo e a todo momento (LAKOFF, 1972). Tais traços da fala das mulheres leva a uma impressão geral de fraqueza e não-assertividade, o que Coates (2006) reinterpreta como uma deficiência, em comparação com a norma linguística masculina. Por detrás dessa caracterização, está a ideia de que há algo errado na fala feminina e que, se as mulheres quiserem ser levadas a sério, precisam aprender a falar como os homens. Publicado na década de 1970, hoje, a abordagem de Lakoff pode, para algumas autoras, como Coates (2006), parecer datada e ultrapassada; no entanto, ainda vemos produtividade dessa abordagem no cenário sociolinguístico brasileiro, como no estudo sobre sexo e a linguagem no STF.<sup>4</sup>

4 A análise das sabatinas dos ministros do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber (BARROZO, AGUILERA, 2014) parte do pressuposto de que a fala da mulher é cooperativa, enquanto a fala do homem é competitiva. São quantificadas as ocorrências do pronome Excelência, expressões de polidez (como *agradeço*, *por favor*, *perdão*, *obrigado*), referência a normas jurídicas, uso de perguntas como estratégias de interação e respostas mínimas de apoio. Todas as categorias controladas são mais recorrentes na fala de Rosa Weber, o que leva as autoras a concluir que a sua fala é mais cooperativa, em contraposição à fala mais assertiva e direta do Ministro Joaquim Barbosa. Há que se considerar, no entanto, que o corpus de análise não é homogêneo: a amostra da fala de Rosa Weber é constituída por 14.802 palavras, enquanto a de Joaquim Barbosa tem apenas 7.196.

A abordagem da dominância parte do pressuposto de que as mulheres constituem um grupo oprimido, e que, por isso, as diferenças linguísticas entre homens e mulheres são interpretadas como dominação masculina e subordinação feminina. As pesquisas nesta linha de abordagem têm como foco mostrar como a dominância masculina é enaltecida pelos usos linguísticos, com a premissa de que, na interação, todos os participantes, sejam homens ou mulheres, conspiraram para sustentar e perpetuar a dominância masculina e a opressão feminina.

A premissa da abordagem da diferença é que homens e mulheres pertencem a subculturas distintas: mulheres têm uma voz diferente, uma psicologia diferente e uma experiência de amor, família e trabalho diferente da dos homens. Nessa perspectiva, a fala feminina deve ser analisada não sob o prisma da opressão ou do não empoderamento, mas da força das estratégias linguísticas características das mulheres.

E a perspectiva da abordagem construcionista social pressupõe que a identidade de gênero é vista como uma construção, assim como qualquer outra categoria social. Os falantes fazem, constroem o gênero, mais do que ser estaticamente um gênero em particular. Gênero nesta abordagem não é algo estático, uma característica adicionada ao falante, mas é algo que é construído no cotidiano.

Entender gênero como construção social é entender que “gênero não é algo com que nascemos, nem é algo que temos, mas algo que fazemos (WEST; ZIMMERMAN, 1987) ou como atuamos, uma performance de gênero (BUTLER, 1990)” (ECKERT; MC-CONNELL-GINET, 2003, p. 10). Não há uma razão biológica para a mulher caminhe com certo requebrado e os homens de peito erguido ou para que as mulheres pintem as unhas de vermelhos e os homens não. Agimos assim porque somos moldados para tal. E por ser uma construção, não podemos dizer que somos de um ou de outro gênero, e sim estamos. Mais à frente essa discussão é retomada.

### **1.3 DESAFIOS DO GÊNERO NA SOCIOLINGUÍSTICA**

As explicações para gênero que são evocadas nos estudos sociolinguísticos emergem basicamente de duas épocas: i) da década de 1970, quando a distinção entre o biológico e o social não era considerada; é daí que vem a explicação relacionada ao prestígio coberto e encoberto, com o estudo de Trudgill (1972), que é basilar para os estudos variacionistas em larga escala; e ii) da década de 1980, período cujo foco dos estudos foram aspectos mais amplos da linguagem, como as estratégias conversacionais



características da fala masculina e feminina, e que são retomadas em estudos mais particularizados, de base mais etnográfica. Na década de 1990, emergem as explanações sociolinguísticas decorrentes da compreensão do gênero como uma construção social ou cultural.

É preciso olhar para estas explanações com dois olhares: o olhar da época e o olhar retrospectivo de hoje. Para tanto, é preciso fazer dois movimentos: o primeiro é o da construção da “hipótese clássica” para sexo/gênero na sociolinguística e sua aplicação nos estudos sociolinguísticos brasileiros. Enquanto a hipótese clássica tem poder explanatório, ou seja, é corroborada, de alguma maneira, pelos dados obtidos na investigação, a questão é pacífica, e podemos acreditar que a variável é estável e universal, na medida que as hipóteses para seu controle foram postuladas nos anos 1960 e testadas em comunidades com valores socioculturais muito diferentes dos nossos no Brasil, tanto à época como atualmente.

Os problemas surgem quando a hipótese falha; como justificar um resultado que não se enquadra nessa variável cujo controle aparentemente está consagrado e sacramentado na literatura? A resposta a essa questão advém do segundo movimento deste capítulo.

### 1.3.1 Sexo, gênero, gênero/sexo, sexo/gênero

A terminologia para definir a variável é variável; e a variação da terminologia não é casuística. O termo para definir esta variável *default* nos bancos de dados sociolinguísticos, pelo menos nos estudos desenvolvidos no Brasil, acompanha as ondas do movimento feminista. Duas referências constantes nas explanações acerca de sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros são emblemáticas da terminologia e de sua mudança, em função das ondas do feminismo (e da sociolinguística, como veremos mais à frente).

*Linguagem e sexo*, de Malcolm Coulthard, foi publicado em português em 1991. O termo utilizado em toda a obra é *sexo*. Em uma seção denominada “Vocabulário crítico” são assim definidos os termos:

*Gênero*: categoria gramatical que divide os substantivos em masculinos, femininos e, em algumas línguas, neutros. Esta categorização salienta a frequente co-ocorrência entre classificações biológicas e gramaticais. Cada categoria (masculina e feminina), porém, contém itens que não têm sexo, como “cadeira”, e, algumas vezes, itens que se referem a ambos os sexos, como “criança”. Neste livro, gênero como categoria gramatical opõe-se a *sexo*, como categoria biológica. Alguns autores, principalmente as feministas, no entanto, utilizam o conceito gênero quando se referem a um *status*

adquirido socialmente, como “bicha” ou “sapatão” (e não apenas a uma categoria gramatical), e *sexo* quando se referem à herança biológica. Nesta concepção, gênero é uma categoria, homossexual e não gramatical.

[...]

*Sexo*: a palavra “sexo”, neste livro, significa a distinção biológica entre homens e mulheres, opondo-se, portanto, à distinção *gramatical* de gênero entre o masculino e feminino. (COULTHARD, 1991, p. 76, sublinhados meus)

A definição de *sexo* assumida na obra é a distinção biológica; homens e mulheres são biologicamente distintos, distinção que acarreta em diferenças de comportamentos linguísticos. A oposição delineada na proposta é entre sexo-biológico e gênero-gramatical. No entanto, ao final, o autor faz uma ressalva acerca do uso do termo gênero, vinculando-o às feministas, e relacionando-o a um status social. Os exemplos para esse status social são “bicha” e “sapatão”, termos coloquialmente relacionados à opção homossexual. Olhando de uma perspectiva atual, a colocação é extremamente infeliz, ao associar gênero à opção homossexual (em contraparte a sexo-biológico, heterossexual). No entanto, podemos fazer uma outra leitura, contextualizada à época, com uma sinalização da emergência dos estudos de terceira onda: estudos de gênero como entendemos hoje.

A abordagem de Coulthard é marcadamente alinhada à segunda onda dos estudos feministas, especialmente na linha do feminismo da igualdade, o que fica evidenciado em sua conclusão:

Como tentamos demonstrar, há muitas diferenças de linguagem de estilo interativo entre as mulheres e os homens. [...] Algumas linguistas feministas propõem que, ao mudar a linguagem, se pode mudar o *status* inferior das mulheres. No entanto, como vimos, o uso da linguagem é meramente um reflexo de relações sociais. Somente quando houver igualdade social, mulheres e homens serão capazes de utilizar um mesmo estilo interativo. (COULTHARD, 1991, p. 74, sublinhados meus)

Muito mais do que Coulthard (1991), o capítulo de Conceição Paiva na coletânea “Introdução à Sociolinguística Variacionista”, publicada como Cadernos Didáticos da UFRJ, em 1992, e, posteriormente, como livro pela editora Contexto, em 2003<sup>5</sup> (“Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação”), é basilar na explanação do sexo/gênero nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Brasil. A primeira versão do capítulo

5 Estamos trabalhando com a 2ª edição, publicada em 2004.

é intitulada “Sexo” (PAIVA, 1992) e apresenta a retrospectiva de estudos sociolinguísticos acerca do controle da variável, tomando como ponto de partida Fischer (1958). As diferenças de comportamento sociolinguístico são atribuídas à maior consciência feminina do status social das formas linguísticas, com base em Labov (1972) e Trudgill (1972). Resultados de análise de fenômenos sociolinguísticos em amostra do PEUL corroboram esta tese. A versão de 2004 não apresenta mudanças substanciais em sua essência, mas o título passa a ser “A variável gênero/sexo” (PAIVA, 2004). Em todo o texto, observa-se a mudança do termo *sexo* para *gênero/sexo*. Não há, como em Coulthard (1991), uma conceituação do termo, nem há consistência na adoção do termo nos demais capítulos da coletânea.<sup>6</sup> A mudança da terminologia pode ser inferida pela expansão dos estudos de terceira onda do feminismo, com foco nas relações de gênero; a sensibilidade da mulher às formas de prestígio não é uma característica biológica, mas social. A premissa do controle da variável não muda entre as versões de 1992 e 2004, havendo, porém, a adequação da terminologia, marcando um posicionamento alinhado aos estudos mais recentes (LABOV, 2001).

Os estudos sociolinguísticos no Brasil se apoiaram e ainda se apoiam amplamente nestes trabalhos precursores da discussão sobre sexo/gênero no cenário nacional. Há estudos que utilizam a terminologia “sexo”, entendendo que o termo recobre (também) o comportamento social, o gênero; há estudos que aparentemente assumem a perspectiva dos estudos de gênero, adotando a terminologia “gênero” (ainda que, na prática, a categorização seja calcada no sexo); há ainda os estudos que abarcam ambos os termos, gênero/sexo, como preconiza Paiva (2004), ou, a mais produtiva em termos de recorrência, sexo/gênero.

No cenário sociolinguístico brasileiro, poucos estudos assumem claramente uma perspectiva biológica de sexo, atribuindo às diferenças entre homens e mulheres a características físicas. Leite (2012) apresenta uma hipótese biológica para a diferença entre as realizações de róticos entre homens e mulheres de Campinas, interior de São Paulo. Embora faça a opção pela análise na perspectiva de diferenças biológicas, as reflexões iniciais da autora são quanto a gênero e sua elaboração social. Com base em Eckert (1989), Cheshire (1998) e Labov (1990), a autora tece reflexões quanto à distinção entre sexo e gênero nos estudos sociolinguísticos:

---

6 No capítulo “Coleta de dados”, há a seguinte passagem: “[...] Assim, se for estudada a diferença de comportamento linguístico entre homens e mulheres, será bem possível usa esse método de seleção já que: a) o número de homens e mulheres é aproximadamente o mesmo numa comunidade; b) a diferença linguística entre ambos não é supostamente muito grande [...]” (OLIVEIRA E SILVA, 2004, p. 120, sublinhados meus). A variável, a despeito do capítulo definidor, é denominada *sexo*.

A distinção geralmente é feita a partir do gênero, e não do sexo, uma vez que aquela variável é considerada como mais apropriada quando se quer descrever e explicar as flutuações linguísticas. Apesar dessa avaliação, ambos os termos são utilizados na literatura sociolinguística, por vezes indiscriminadamente. (LEITE, 2012, p. 755)

A premissa para o estudo da realização dos róticos na variedade campineira toma por base o trabalho de Hagiwara (1995), cujo enfoque são as diferenças no trato vocal de homens e mulheres e seus efeitos nos alofones de /R/, no inglês americano. Os resultados mostram que a região de constrição é diferente no trato vocal de um homem e de uma mulher: a constrição nos homens ocorre na região velar-uvular; já nas mulheres a constrição ocorre numa região mais anterior. Como o trato vocal das mulheres é menor, a fala feminina produz formantes com frequência mais elevada e a diferença é atribuída às características fisiológicas do sexo do falante. A análise acústica do /R/ em coda de falantes de Campinas, com dados coletados em laboratório, mostrou que há diferença estatisticamente significativa ( $P < 0,05$ ) entre as frequências dos formantes nas três posições: realização retroflexa, vogal rotacizada e semivocalização. O teste estatístico Kruskal-Wallis aponta que a soma de postos para os formantes do grupo feminino é mais alta em comparação com a soma de postos dos formantes do grupo masculino, sinalizando que há diferença entre o trato vocal feminino e masculino. Como essas diferenças são decorrentes de características fisiológicas, a autora sugere que “não devem restringir-se apenas aos segmentos analisados neste estudo.” (LEITE, 2012, p. 762). Embora explique as diferenças biológicas em função de sexo, não fica claro no estudo como foram categorizados os informantes que realizaram os testes. Foram considerados a partir do seu sexo biológico ou a partir de seu sexo civil?

Em relação às reflexões iniciais, a adoção da terminologia nos estudos não é tão indiscriminada quanto Leite (2012) sugere. Muitos estudos adotam o termo “sexo” por ser o rótulo da variável nos bancos de dados sociolinguísticos que subsidiam as análises. É o caso do estudo de Hora (2006), ao analisar o apagamento da lateral /l/ (como em jorna[w] ~ jorna[0]) na fala de João Pessoa, na amostra do VALPB. Sem trazer autores específicos para embasar sua explanação, o autor esclarece:

Embora tenhamos usado o rótulo “sexo” para designar essa restrição, temos consciência de que estamos analisando o ser humano, que pode ser avaliado muito mais em termos de gênero do que de sexo propriamente dito. Esse último é definido biologicamente, enquanto o gênero é definido sociologicamente. Todavia, indepen-

dentemente da escolha terminológica, o fato é que o falante é o resultado de uma conjugação de características que se acumulam com o tempo e que o moldam a partir dos valores estabelecidos em sua comunidade (HORA, 2006, p. 37, grifos do original)

Silva (2012), ao analisar a concordância verbal em três comunidades do interior da Bahia, assume a perspectiva da variável sexo a partir dos papéis sociais representados por homens e mulheres, o que se refletiria no seu uso linguístico, eixo que conduz a construção de sua análise. Já Pires (2007), ao analisar a palatalização das oclusivas dentais em São Borja, Rio Grande do Sul, em dados do VARSUL, na discussão dos resultados é que o conceito de sexo, caracterização *default* do banco de dados utilizado, é expandido para não só as diferenças biológicas, mas também “define um conjunto socialmente constituído de ideias moldadas pela cultura” (PIRES, 2007, p. 15).

Nas terminologias conjugadas, “sexo/gênero” parece ser mais produtiva em termos de frequência, apesar da proposição de Paiva (2004) de “gênero/sexo”. Não há, ainda, consenso sobre a ordem dos termos na expressão. A indefinição leva à flutuação terminológica, ilustrada, por exemplo no trabalho de Rúbio (2007): embora no título o autor se proponha a analisar a atuação da variável “gênero/sexo”, no primeiro parágrafo a variável é introduzida como sexo/gênero, terminologia que se mantém no decorrer do texto. A oscilação pode ser entendida em função das explicações para a diferença de comportamento linguístico quanto à concordância verbal entre homens e mulheres, com base na premissa da divisão sociocultural do trabalho, em que o gênero é relevado, e a definição adotada pelo banco de dados que respalda a análise, o IBORUNA, cuja categorização é “sexo/gênero”.

Como a proposta do presente estudo é (re)discutir sexo/gênero na Sociolinguística brasileira, vou defender a convenção da terminologia “sexo/gênero”, não só pelo critério da frequência, mas pelo que considero o paradoxo do sexo/gênero.

### 1.3.2 Paradoxo do sexo/gênero

Na Sociolinguística, há evidências de forte correlação entre padrões de estratificação social e gênero, com um grande número de estudos, agora clássicos, em que as mulheres, independentemente de outras categorias sociais, como idade, classe etc., tendem a usar mais formas padrão do que os homens. A despeito das reflexões sobre a dinâmica da relação entre sexo e gênero apresentada pelos pesquisadores em suas análises, como vimos,

por exemplo, em Hora (2006), Pires (2007), Silva (2012) e Leite (2012), na prática, o que ocorre é a assumpção de premissas que relevam a construção social, gênero, para dados coletados em uma perspectiva puramente biológica (ou civil) de sexo.

Os bancos de dados sociolinguísticos, em seus manuais de seleção de informantes, não explicitam o que é um sexo feminino ou um sexo masculino: “as noções de ‘mulheres’ e ‘homens’, por exemplo, são simplesmente pressupostas na sociolinguística” (ECKERT; MCCONNEL-GINET, 2010[1992], p. 95). Cabe à sensibilidade e experiência do pesquisador de campo escolher os perfis de informantes que se enquadram na célula social, a partir do que considera consensual e prototípico. Dessa falta de definição decorre que o controle do sexo se dá como uma variável categorizada do ponto de vista civil/biológico no momento da coleta, mas com uma explanação predominantemente cultural, e não biológica, no momento da análise do fenômeno. Trata-se de um paradoxo, o paradoxo do sexo/gênero; vejamos um exemplo de como o paradoxo se manifesta: “a fim de controlar a variável gênero, elegeram-se apenas informantes do sexo masculino, já que a coleta foi realizada por pesquisador do sexo masculino” (CAMBRAIA, ARAUJO, 2004, p. 125-126). A preocupação dos pesquisadores em restringir a análise a somente dados provenientes de informantes do sexo masculino (já que a coleta foi realizada por pesquisador de sexo masculino) sugere que há o reconhecimento das relações entre gêneros e seus efeitos no comportamento linguístico. No entanto, a restrição é baseada na categoria sexo, não necessariamente na construção social do gênero (a influência das relações de gênero na entrevista sociolinguística será retomada mais à frente).

Este paradoxo aparece na agenda de trabalho proposta por Scherre e Yacovenço (2011, p. 141), com a seguinte formulação: “a importância da codificação da variável sexo na busca do entendimento do papel do gênero.” Para entender sua origem, é preciso resgatar um debate entre Penelope Eckert (1989) e William Labov (1990) na revista *Language, Variation and Change*. Os efeitos da variável sexo/gênero, na verdade, são pano de fundo de uma discussão mais ampla, que envolve a gênese da Sociolinguística e o estudo da língua no seu contexto social. Eckert (1989) inicia a discussão argumentando que os estudos de larga escala em comunidades de fala levariam a uma distância entre os dados linguísticos analisados e as práticas sociais que lhes permitiram emergir. No que tange à variável sexo/gênero, esse tipo de abordagem levaria a interpretações baseadas em conhecimentos genéricos da dinâmica social que são associados à categoria.

Assim como a idade, sexo é uma categoria biológica que baliza normas, papéis sociais e expectativas em todas as sociedades. E por conta do

traço social, é mais apropriado falar em gênero do que em sexo. Eckert parte da premissa de que não há razão para acreditar que há uma simples e constante relação entre gênero e variação linguística; os argumentos de Labov e Trudgill estão corretos, mas só dão conta de um aspecto do comportamento linguístico das mulheres: nas circunstâncias em que o uso linguístico da mulher é mais conservador do que o do homem.

Em sua revisão de estudos, Eckert (1989) destaca as orientações de explicações acerca das diferenças entre os comportamentos linguísticos de homens e mulheres. Labov (1972) e Trudgill (1972) apontam para a grande orientação às normas de prestígio da comunidade como a força principal do comportamento linguístico das mulheres. Deuchar (1988), por outro lado, defende que o comportamento linguístico conservador das mulheres é uma função das relações de poder básicas na sociedade. E, por outra via, os estudos de Milroy (1980) e Nichols (1983) sugerem que as diferenças de gênero na variação linguística são atribuídas às forças sociais que se vinculam às mulheres em virtude do seu lugar na economia. Os resultados do estudo de Eckert acerca do comportamento dos Jockers e Burnouts, considerando gênero e classe social, mostram que sexo/gênero e categorias sociais não são necessariamente variáveis independentes, mas podem interagir por diferentes meios; por isso, análises baseadas em abstrações demográficas definidas pelo analista ficam a dever na explicação da construção social da variação.

A contraparte de Labov (1990) a este debate – lembrando, mais amplo do que só o controle da variável sexo/gênero – começa com a proposição de dois princípios para os efeitos da variável sexo nos fenômenos de variação linguística:

- (1) Em fenômenos sociolinguísticos estáveis, homens usam com maior frequência variantes não padrão do que as mulheres.
- (2) Na maioria dos fenômenos de mudança linguística, mulheres usam com maior frequência formas inovadoras do que os homens.

Labov sumariza (em uma interpretação própria e livre, como ele próprio adverte na nota 4) a discussão de Eckert (1989):

- A influência biológica precisa ser superada com a substituição da categoria sexo pela categoria social gênero.
- As variáveis que interagem não podem ser definidas com traços tais como a expressão do caráter subjetivo da fala, mas em função das relações de poder entre homens e mulheres baseadas em seu papel econômico na sociedade.
- Uma análise só quantitativa da diferença de gênero deve prever a interação com classe socioeconômica e outras dimensões, o que

leva a uma análise multivariada usando categorias de interação (como mulheres de classe média baixa) ou ser realizada separadamente para homens e mulheres.

- As raízes da diferenciação de gênero na língua podem ser encontradas na posse e controle de bens e autoridade, o que não está ligado diretamente às oportunidades econômica, mas sim dependente das expectativas de comportamento cultural bem estabelecidas e de mudança muito lenta.

Ainda que releve o pioneirismo de Penelope Eckert na abordagem etnográfica de longo termo em comunidades de prática, o foco de Labov, no entanto, é resolver os problemas apontados quanto à categoria sexo/gênero em estudos de larga escala em comunidades de fala.

Quanto ao fato de gênero ser preferido a sexo, por ser uma categoria social, Labov argumenta que a simples substituição do rótulo não traria vantagens, correndo ainda o risco de confundir gênero gramatical com gênero arbitrário e, ainda, restringir a replicabilidade de estudos em larga escala.

Após também revisar uma série de estudos, em especial aqueles em que sexo/gênero interage com classe social, Labov reitera que a diferenciação sexual que se desenvolve no contínuo social é quantitativa, e não qualitativa, mas que as diferenças quantitativas certamente necessitam explicações localmente situadas, como propõe Eckert.

Em 2001, já assumindo o rótulo “gênero” (*gender paradox*), Labov revisa os princípios propostos em 1990 e introduz os princípios 3 e 4.

(3) Em mudanças com consciência social (*from above*), mulheres adotam formas de prestígio com maior frequência do que os homens.

(4) Em mudanças sem consciência social (*from below*), mulheres usam com maior frequência formas inovadoras do que os homens.

A distinção entre mudança com consciência social e mudança sem consciência social se refere a diferentes pontos de partida para a difusão de inovações linguísticas dentro da hierarquia social. Mudança com consciência social emerge em estilos mais formais e nos extremos mais altos da hierarquia social. Mudança sem consciência social emerge nos extremos mais baixos da hierarquia social.

Dos princípios depreendidos dos padrões de recorrência de uso de homens e mulheres, Labov (2001) propõe o paradoxo do gênero: mulheres assumem um comportamento mais conformista do que os homens a normas sociolinguísticas que são abertamente prescritas, mas menos conformistas



do que os homens quando as normas não são abertamente prescritas.

O paradoxo do gênero, nos termos propostos por Labov (1990, 2001), remonta ao estudo de Trudgill (1972)<sup>7</sup>, que, inicialmente, retrospectiva estudos sociolinguísticos desenvolvidos nos Estados Unidos, na década de 1960, cujos resultados são que

mesmo levando em conta outras variáveis tais como a idade, a educação e a classe social, as mulheres produzem de forma consistente formas linguísticas mais próximas da linguagem padrão (norma padrão) ou mais prestigiosa que a dos homens, ou então elas produzem com mais frequência formas desse tipo. (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 78)

A partir dos resultados anteriores, Trudgill questiona se este é um comportamento do inglês dos Estados Unidos ou se verifica também nas comunidades linguísticas da Inglaterra. Para responder a esta questão, propõe um estudo na cidade de Norwich, com sessenta informantes escolhidos aleatoriamente e estratificados quanto ao sexo (homens e mulheres) e classe social (burguesia, pequena burguesia, operários nível superior, operários nível médio, operários nível inferior). A análise focou fenômenos fonético-fonológicos (como a realização do -ing), coletados em quatro estilos de pronúncia, aos moldes do controle de Labov (1966): leitura de palavras em lista, leitura de texto, fala informal e fala formal. Os resultados do -ing são apresentados, e a conclusão é a mesma que nos outros 19 fenômenos analisados: as informantes utilizam formas associadas às normas de prestígio com mais frequência que os informantes.

A explicação, como adverte Trudgill, comporta também uma parte de especulação. Transcrevo, integralmente, o texto da tradução brasileira, que deve ser lido tomando como referência os valores em voga à época em que foi escrito (início da década de 1970):<sup>8</sup>

---

7 Publicado originalmente na revista *Language in Society*, em 1972. Republicado em *Language and sex: difference and dominance* (THORNE; HENLEY, 1975) e publicado em português em *Falas masculinas, femininas femininas* (AEBISCHER; FOREL, 1991[1983]), coletânea francesa.

8 Chambers (2003, p. 144-145) transcreve este mesmo trecho do trabalho de Trudgill (1972), de natureza “necessariamente especulativa”, que recebeu críticas por sua abordagem de estereótipos misóginos (CAMERON, 1999).

1. De um modo geral, as mulheres de nossa sociedade dão mais importância que os homens ao *status* social (ver Martin, 1954); então são mais conscientes da significação social das variantes linguísticas. Pode haver duas razões para isso:

(i) A posição social das mulheres em nossa sociedade é menos segura que a dos homens e está habitualmente subordinada à deles. Portanto, pode ser que seja mais importante para as mulheres garantir e marcar seu *status* social no plano linguístico, assim como em outros planos. Talvez por isso elas sejam mais conscientes da importância desse tipo de sinal (isso se mostrará ainda mais verdadeiro para as mulheres que não trabalham);

(ii) Os homens na nossa sociedade podem ser socialmente avaliados em função do emprego, de suas possibilidades financeiras e, talvez, de suas aptidões próprias, ou seja pelo que eles *fazem*. Na maior parte das vezes, isto não é possível com as mulheres. Pode ser que elas sejam julgadas mais pela sua *aparência*. Já que não são avaliadas em função de suas profissões ou do sucesso profissional, outras marcas de *status*, inclusive a linguagem, desempenham um papel mais importante.

2. O segundo fator, aparentado ao primeiro, é o seguinte: a linguagem da classe operária, assim como outros aspectos dessa cultura, pelo menos em certas sociedades ocidentais, parece ter conotação de masculinidade (ver Labov 1966a), e que é provavelmente devido ao fato de sua associação à rudeza e à dureza supostamente características da vida operária que são consideradas, de certo modo, como qualidades masculinas atraentes. Por outro lado, não são qualidades femininas desejáveis, pois de uma mulher se espera de preferência traços linguísticos tais como refinamento e sofisticação.

Foi igualmente sugerido (Shuy 1969) que esse fenômeno se deva, em parte, a reações diferenciadas em situação escolar. A dominação feminina parece ser a norma nas escolas primárias inglesas, e valores femininos (como, por exemplo, a predominância atribuída tradicionalmente a um comportamento tranquilo nas escolas) parecem predominar, de um modo geral, no contexto escolar. É possível que os meninos reajam bem mais negativamente a esse tipo de dominação do que as meninas, rejeitando o inglês padrão tradicionalmente ensinado nas escolas, bem como outros aspectos desse sistema de valores. (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 83-84)

Após as especulações, Trudgill visa defender seu argumento de que “a linguagem da classe operária tem em nossa cultura conotações favoráveis aos homens” (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 84), baseado na crença de que “existem valores ocultos associados à linguagem não padrão que são, a nosso ver, particularmente importantes para a explicação da diferenciação sexual de variáveis linguísticas”. Trudgill ressalva que esta é mais uma especulação e não tem como apontar quais sejam esses valores, nem provar sua existência. Trudgill acredita que os valores existem, mas que não são claramente expressos, nem que os falantes os admitam facilmente, daí sua dificuldade em estudá-los.

No entanto, Trudgill assume que a pesquisa realizada em Norwich permite a defesa da hipótese, passando a fronteira dos valores abertamente admitidos (prestígio aberto) para os valores encobertos (prestígio encoberto). Trudgill pretende demonstrar que “para os falantes masculinos a linguagem operária não-padrão goza realmente de uma grande estima e de um prestígio incontestável” (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 85). A análise de Trudgill, amparada nos estudos realizados por Labov na cidade de Nova York, focou os comentários espontâneos de falantes sobre a sua própria linguagem, com a frequência da afirmação “falo terrivelmente mal”. Uma investigação mais acurada revelou que as motivações para o julgamento são muito mais profundas do que as alegadas pelos próprios falantes:

Um certo número de informantes que inicialmente tinham afirmado não falar corretamente e manifestado o desejo de fazê-lo admitiam, depois de uma certa insistência, que talvez não quisessem realmente fazê-lo, e caso o fizessem seriam certamente considerados ridículos ou mesmo renegados pelos amigos e a família. (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 85)

Mais uma evidência apresentada por Trudgill foi um teste de atitude aplicado (doze palavras lidas em voz alta para o informante, com duas pronúncias diferentes; depois o informante deveria indicar num quadro qual a pronúncia que mais se assemelhavam à sua pronúncia habitual), aos moldes do que Labov aplicara em Nova York. Os resultados para a comunidade linguística nova-iorquina seguiam a tendência de que os informantes diziam usar muito mais as formas de prestígio do que de fato faziam no cotidiano, ou seja, os informantes apresentam um grau de superestima linguística sensivelmente mais elevado. Nos resultados de Norwich, ocorreu o contrário: os informantes apresentaram tendência à subestima; e nos casos de superestima, a prevalência era de informantes mulheres. Há muito mais homens pensando utilizar uma variante menos prestigiosa do que de fato usam.

A explicação para isso é que “No foro íntimo e inconscientemente, um grande número de locutores está mais preocupado em conseguir um prestígio de tipo latente [*covert*, na versão original] e marcar sua solidariedade de grupo do que em obter um status social, da forma como é habitualmente entendido” (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 89). Os resultados apontam para o prestígio encoberto associado às variantes não-padrão, e, para os homens de Norwich a linguagem da classe operária manifesta um status social que representa um certo prestígio.

Trudgill finaliza concluindo que o prestígio encoberto parece provocar mudanças de baixo para cima (*from below*), sem consciência social, e que o estudo da direção que a diferenciação sexual segue no caso de uma variável linguística particular pode elucidar a mudança linguística (TRUDGILL, 1991 [1972], p. 100-101).

Do estudo de Trudgill, é importante relevar, para os estudos sociolinguísticos brasileiros, que a noção de prestígio encoberto foi aferida por meio de testes de atitude e com uma análise de base mais etnográfica, ao avaliar os julgamentos que os falantes fazem da sua própria fala em contraponto ao modo como falam. Não é, no entanto, o que encontramos na prática sociolinguística brasileira: com base nas premissas estabelecidas pelos estudos anteriores, especialmente sobre o paradoxo do gênero nos termos labovianos, interpretações circulares – se mulheres usam mais um dado fenômeno, é porque ele tem prestígio; e se assumimos que o fenômeno tem prestígio, as mulheres devem usá-lo mais – são recorrentes. Rever as bases de postulação da hipótese, como no caso do estudo de Trudgill, se faz necessário, especialmente num contexto de realinhamento de perspectivas de abordagem da sociolinguística.

Penelope Eckert, pesquisadora com atuação expressiva no campo do gênero, reelabora as tendências da sociolinguística aos moldes das ondas do feminismo. Na tensão entre o social e o estilístico, Eckert (2012) traça um panorama retrospectivo dos estudos sociolinguísticos, assim como os estudos feministas, dividindo-os não em ordem sequencial, mas em ondas, entendidas como tendências, não melhores ou superiores às outras.<sup>9</sup> Os estudos de primeira onda visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas, a partir de coleta de dados rápidas em comunidades de fala estratificadas com base em categorias sociodemográficas amplas. Exemplo prototípico é o estudo da estratificação do inglês na cidade de Nova York, realizado por Labov na década de 1960.

9 Em “Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012), discutimos detalhadamente cada uma das três ondas apresentadas por Eckert (2012), com exemplos de estudos realizados no Brasil.

Estudos de segunda onda também tomam como amostra comunidades de fala e visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas em abordagem quantitativa. No entanto, diferem da outra abordagem por seguirem uma perspectiva de base mais etnográfica, com coletas de dados que requerem maior envolvimento com a comunidade e selecionam categorias sociodemográficas mais abstratas, não identificáveis em uma coleta rápida, como o julgamento de pertencimento à comunidade, valores, atitudes, etc. Exemplo é o estudo laboviano do inglês afroamericano em Nova York.

Os estudos de terceira onda continuam quantitativos, valendo-se da experiência metodológica das ondas anteriores. A diferença está em inverter a ordem da pergunta: não mais buscar correlação entre o padrão linguístico e as categorias sociais, mas identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico. É uma proposta de retomada do significado social da variação, mudando o foco da estrutura para a prática linguística. Estudos dessa natureza tomam como unidade comunidades de práticas – grupo de indivíduos engajados em função de um propósito – ao invés de comunidades linguísticas, permitindo investigar o papel do indivíduo, em termos de hierarquia, inovação e adesão a variáveis linguísticas.

A discussão entre Eckert (1989) e Labov (1990, 2001), associada à proposta de Eckert (2012), traz questionamentos em relação às premissas fundantes da Sociolinguística Variacionista: a generalização de resultados de estudos em larga escala (estudos de primeira onda), a particularização e verticalização dos resultados em uma dada comunidade (estudos de segunda onda) ou a análise do comportamento linguístico e indexicalidade (estudos de terceira onda) requerem maior atenção no controle da variável sexo/gênero.

### **1.3.3 Aplicação da “hipótese clássica”**

Hipóteses decorrentes do desdobramento do paradoxo do gênero laboviano são consideradas, por muitos autores de estudos sociolinguísticos brasileiros, como “clássicas”. Elas vêm sendo evocadas sistematicamente e não é o caso de questionar a sua pertinência, mas avaliar se os padrões clássicos são assumidos com rigor científico. Nos estudos sociolinguísticos brasileiros são identificadas duas tendências de aplicação das hipóteses clássicas que requerem atenção: as explicações circulares e as superestimações estatísticas.

### 1.3.3.1 Explicações circulares

Mulheres usam determinadas variáveis porque elas têm prestígio ou as variáveis têm prestígio porque as mulheres usam? O fato de constatar que as mulheres aderem a uma variante implica em generalizar que a variante tem prestígio? Vejamos resultados de estudos que estratificam as variáveis sociais aos moldes sociolinguísticos no cenário brasileiro.

Ao analisar a palatalização do /s/ em coda na fala do Rio de Janeiro, Brandão (2009) constata que são as mulheres quem mais usam a variante palatalizada “certamente pelo fato de ser esta uma variante de prestígio” (BRANDÃO, 2009, p. 114, sublinhado meu). Logo, mulheres usam porque a variante é de prestígio. Ao concluir o trabalho, a certeza expressa por *certamente* é atenuada pelo *talvez*: “os informantes tenderam a utilizar com mais frequência a palatal, talvez pelo fato de ser esta uma variante de prestígio em território fluminense, o que é corroborado pela maior adesão das mulheres ao seu uso (BRANDÃO, 2009, p. 120, sublinhado meu). Logo, a variante é de prestígio porque as mulheres usam. Não há uma hipótese, a priori, de controle da variável sexo/gênero, mas os resultados são interpretados em função da frequência.

Esta explanação vale-tudo em relação ao sexo/gênero fica mais evidente na análise do fenômeno da concordância nominal nas amostras de Londrina, Irati e Pato Branco do VARSUL: o fator sexo se mostrou significativo, em diferentes ordens de significância; quando a análise é realizada com as três amostras conjuntamente, sexo é a primeira variável social a ser selecionada (feminino 0,52 e masculino 0,47). A conclusão é: “Se mulheres fazem mais CN [concordância nominal], de duas uma: ou a CN não é estigmatizada, o que não parecer ser o caso, inclusive pelos resultados de outras considerações a respeito da CN; ou se prova que as mulheres são, realmente, mais conservadoras.” (MENON; LOREGIAN-PENKAL; FAGUNDES, 2013, p. 332).

Tais conclusões de caráter especulativo geram um efeito cascata, pois são assumidas para outros estudos, tal como as especulações de Trudgill, na década de 1970.

No estudo da palatalização de /t/ e /d/ em São Borja, com dados do VARSUL, embora o controle do sexo siga a proposta de Paiva (1992), a hipótese é aleatória: “A análise da dimensão social da variação e da mudança não pode ignorar que o sexo do falante possa estar correlacionado à maior ou menor probabilidade de uma variante linguística” (PIRES, 2007, p. 6). Na análise dos resultados, o conceito de sexo é expandido não só para as diferenças biológicas, mas também “define um conjunto socialmente constituído de ideias moldadas pela cultura” (PIRES, 2007, p. 15).

A variável sexo, a segunda mais relevante, apontou que o fenômeno ocorre predominantemente na fala das mulheres, corroborando as tendências mostradas em grande número de pesquisas realizadas no Brasil, ou seja, as mulheres parecem conduzir a mudança linguística em direção à variável inovadora, se esta for de maior prestígio (PIRES, 2007, p. 20)

A explanação segue a tendência de outros estudos e a conclusão é que como mulheres são mais sensíveis às formas de prestígio, logo, a palatalização é prestigiada na comunidade.

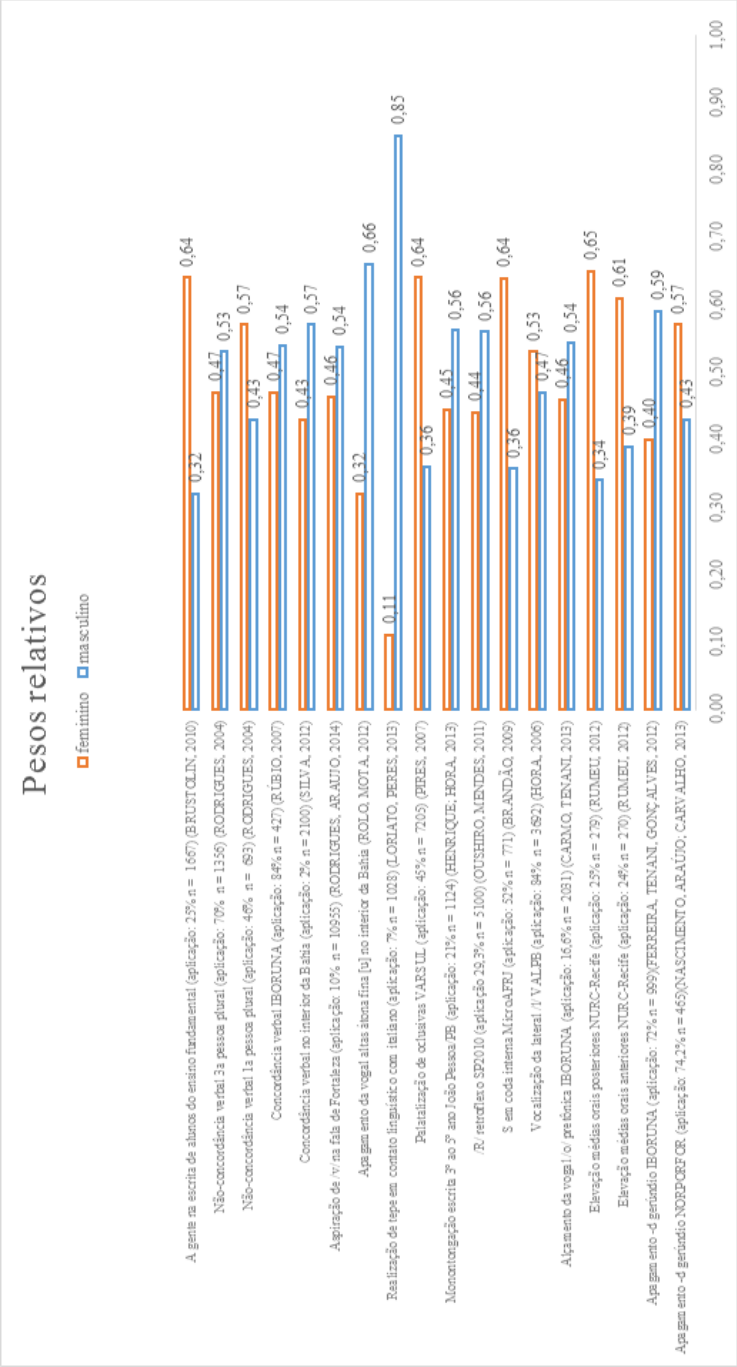
Os resultados da variável sexo/gênero são, em muitos estudos, circulares, por falta de uma discussão mais acurada sobre o papel da variável no condicionamento do fenômeno, com a construção de hipóteses previamente à realização da análise. Por ser *default* nos bancos de dados sociolinguísticos, seu controle é um bônus, não necessariamente havendo a postulação de hipótese; controla-se a variável e depois busca-se algum resultado. Estes estudos tiveram algum direcional em seus resultados, mas há outros, como veremos mais à frente, cujos resultados são absolutamente aleatórios.

### **1.3.3.2 Supersetimação estatística**

Toda generalização é perigosa, inclusive essa. Mas mais perigosas ainda são as generalizações feitas a partir de resultados de sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros. A premissa da natureza probabilística do sistema linguístico não só permite como espera a generalização dos resultados dos estudos sociolinguísticos de larga escala, com base em amostras socialmente estratificadas. Nos resultados de sexo/gênero, muitas das explanações são baseadas em generalizações cuja segurança é questionável, do ponto de vista estatístico.

O gráfico 2 sumariza os resultados referentes ao controle da variável sexo/gênero em alguns estudos sociolinguísticos brasileiro publicados nos últimos dez anos.

Gráfico 2: Resultados quanto ao fator sexo/gênero em estudos sociolinguísticos brasileiros





A comparação de resultados de diferentes estudos a partir dos pesos relativos não é um procedimento confiável; a finalidade do gráfico 2 não é a de comparar pesos relativos, mas a de mostrar que os resultados para a variável sexo/gênero, na maior parte dos estudos, centram-se na faixa entre 0,45 – 0,55, como é o caso da não concordância verbal na 3ª pessoa do plural em São Paulo capital (RODRIGUES, 2004) e no interior (RÚBIO, 2007), a aspiração de /v/ na fala de Fortaleza (RODRIGUES, ARAÚJO, 2013), a monotongação na escrita de crianças (HENRIQUE, HORA, 2013), a realização do /R/ retroflexo em São Paulo, capital (OUSHIRO, MENDES, 2011), a vocalização da lateral (HORA, 2006) e o alçamento de /o/ pretônico no interior de São Paulo (CARMO, TENANI, 2013).

Considerando que a margem de significância com que a Sociolinguística trabalha, a exemplo das demais ciências humanas e sociais, é de 0,05, os resultados no intervalo entre 0,45 – 0,55 estão dentro da margem de erro, o que não permite uma generalização segura e abrangente sobre a tendência do resultado. No entanto, não é o que acontece. Vejamos o resultado da monotongação na escrita de crianças em uma amostra constituída por dados produzidos por 39 informantes do sexo masculino e 42 do sexo feminino. A análise variacionista, quanto ao sexo/gênero, apontou que “os alunos do sexo feminino tendem a usar utilizar menos a monotongação do que os alunos do sexo masculino” (HENRIQUE, HORA, 2013, p. 110), com resultados de 0,45 para as meninas e 0,56 para os meninos. A conclusão dos autores é que:

Esses resultados ratificam o cuidado com o uso da língua pelo sexo feminino. Eles têm sido frequentes em quase todos os trabalhos variacionistas. O sexo feminino sempre prioriza a norma padrão, a fala culta. Tem assim garantido seu prestígio explícito, ao contrário dos homens, cujo traço marcante é o prestígio implícito, quando tem conhecimento da norma e dela não faz uso (HENRIQUE, HORA, 2013, p. 119, sublinhados meus)

É uma conclusão muito contundente para uma generalização baseada em um resultado estatístico dentro da margem de erro. Mesmo quando a divergência é maior, como no caso da realização do tepe/vibrante simples em comunidades italianas do interior do Espírito Santo (LORIATO, PERES, 2013), em que os pesos relativos são bem mais polarizados, com 0,11 para as mulheres e 0,85 para os homens, é preciso relativizar os resultados. Além da aplicação da regra ser baixa, na fala feminina foram encontradas 13 realizações de tepe (carroça ~ ca oça), das quais 11 foram produzidas por uma mesma informante, dona de casa, aposentada, que trabalhou a vida toda na lavoura. (LORIATO, PERES, 2013, p. 442).

A postura moderada, ao interpretar os resultados, pode ser vista em Hora (2006), que, ao traçar hipóteses específicas para as restrições sociais, aponta apenas o efeito da escolarização. O fator sexo foi o sexto e último selecionado.

Se considerarmos que a vocalização da lateral representa um processo inovador no português do Brasil, ignorando, pois, o registro de sua presença em sincronias passadas, poderemos concluir, com base nos resultados apresentados na Tabela 1, que a mulher está inovando mais do que o homem (HORA, 2006, p. 36)

No entanto, o autor ressalva que “a conclusão precisa ser revista, uma vez que a proximidade do ponto neutro (.50) nos impede de fazer qualquer afirmação categórica” (HORA, 2006, p. 37)

Em alguns casos, o fator sexo/gênero é contemplado com hipóteses para seu controle, mas quando dos resultados, mostra-se não estatisticamente significativo. Foi o que aconteceu com o estudo da realização da vibrante, também em contexto de contato com o italiano, mas desta vez no Rio Grande do Sul, no estudo de Kanitz e Battisti (2013). Após uma análise qualitativa em função das orientações de práticas sociais locais rurais vs. urbanas, as autoras postulam a hipótese de que “as mulheres tendem a apagar as marcas linguísticas que indiquem a sua origem rural, que são sabidamente estigmatizadas nos centros urbanos, como é o caso do emprego da vibrante simples em lugar da múltipla” (KANITZ; BATTISTI, 2013, p.8). Após a análise quantitativa, as autoras evidenciam que “o fator gênero não foi selecionado, contrariando interessantemente a hipótese inicial de que os informantes do gênero masculino favoreceriam a aplicação da regra de vibrante simples em lugar de vibrante múltipla” (KANITZ; BATTISTI, 2013, p. 13). Em nota, as autoras explicam que “possivelmente o fator gênero tenha sido eliminado pelo fato de os pesos relativos terem ficado muito próximos do ponto neutro. Semelhantemente, em Battisti e Martins (2011), os valores dos pesos relativos para o fator gênero também ficaram muito próximos do ponto neutro (0,5).” (KANITZ; BATTISTI, 2013, p. 13).

Prevendo a pouca influência dos fatores sociais para a aplicação da regra do alçamento [elevação] da vogal /o/ pretônica em amostra do IBO-RUNA, Carmo e Tenani (2012) controlam a variável sexo/gênero para “verificar se há manifestações significativamente diferentes da vogal média pretônica na fala de pessoas dos sexos/gêneros feminino e masculino, observando, dessa forma, algum eventual estigma da forma alçada” (CARMO, TENANI, 2013, p. 615). Os resultados, no entanto, são de que

Apesar de a frequência e a probabilidade de ocorrência do alçamento da vogal /o/ se mostrarem levemente mais altas na fala de homens do que na de mulheres, o que poderia indiciar estigma (CHAMBERS, 1995) aos itens lexicais que apresentem vogal pre-tônica alçada, tal afirmação não pode ser sustentada estatisticamente, pelo fato de ambos os PRs serem bastante próximos a 0,5. (CARMO, TENANI, 2013, p. 632).

Dentre os fenômenos urbanos aqui ilustrados, a realização retroflexa do /R/ é, talvez, o que tenha efeito de avaliação social mais saliente. Oushiro e Mendes (2011) controlam esta variável na cidade de São Paulo, postulando que “Socialmente, o retroflexo é favorecido entre moradores de regiões mais periféricas, com menor mobilidade geográfica, menos escolarizados, do sexo masculino e pertencentes a famílias menos enraizadas na cidade de São Paulo” (OUSHIRO, MENDES, 2011, p. 66). Mesmo com a saliência maior do fenômeno, os autores são cautelosos ao interpretarem os resultados estatísticos:

Os resultados para o grupo de fatores Sexo/Gênero, por sua vez, coadunam-se com aqueles já extensivamente constatados, em diversos estudos sociolinguísticos: a forma não padrão tende a ser evitada por falantes do sexo feminino (P.R. 0,44) e a ser favorecida por falantes do sexo masculino (P.R. 0,56). Embora tal constatação seja recorrente (ver p. ex. CHAMBERS, 1995; LABOV 2001a, CHESHIRE, 2004), a interpretação desse fenômeno não é sem controvérsia; enquanto alguns autores argumentam que as mulheres tendem a empregar a forma de prestígio como modo de superar sua posição desprivilegiada na sociedade (por exemplo FASOLD, 1990 apud CHESHIRE, 2004), outros defendem que não são as mulheres que favorecem a forma de prestígio, mas sim que as formas por elas empregadas que tendem a ser vistas como ‘mais corretas’ (MILROY et al., 1994 apud CHESHIRE, 2004). (OUSHIRO, MENDES, 2011, p. 81).

Cautelosa também é a abordagem dos resultados para a aspiração de /v/ na fala de Fortaleza (RODRIGUES, ARAÚJO, 2014). A hipótese do estudo era de que a variável sexo/gênero não exerceria influência no fenômeno, com base em estudos anteriores mostram que o fenômeno ocorre mais entre os homens do que entre as mulheres, embora ambos os valores se aproximem do ponto neutro. A análise usou dados da amostra NORPОРFORT e sexo/gênero foi a última variável estatisticamente selecionada, “são os homens os que favorecem a variante estigmatizada (0,538), enquanto as mulheres inibem a regra (0,464) [...] Esses números, porém,

devem ser vistos com cautela, porque, apesar de os homens serem favorecedores do fenômeno, o peso relativo que lhes é atribuído está muito próximo do ponto neutro, assim como as mulheres” (RODRIGUES, ARAÚJO, 2014, p. 47).

A moderação, na interpretação de resultados estatísticos do controle da variável sexo/gênero, é decorrente da falta de estudos adicionais que permitam mensurar a avaliação social do fenômeno, com testes de atitudes, como os feitos por Trudgill (1972). Oushiro e Mendes (2011), Loriato e Peres (2013), dentre outros, ressaltam a necessidade da realização dos testes de atitude face às variáveis analisadas, apontando outro caminho a ser trilhado na sociolinguística brasileira.

## 1.4 QUANDO A HIPÓTESE FALHA

Quando a hipótese do paradoxo do gênero, nos termos labovianos, falha, é preciso buscar outras explicações. Considerando a relação dinâmica entre língua e sociedade, talvez a melhor saída não seja forçar a explicação a corroborar uma hipótese, mas avaliar as outras possibilidades, como a de que a diferença baseada em gênero está relacionada com a mobilidade e os diferentes papéis sociais que homens e mulheres desempenham em suas comunidades.

Explicações sociolinguísticas frequentemente se valem de suposições relacionadas à maior consciência de status, maior consciência do significado social das variantes e da polidez das mulheres. Assumindo a perspectiva de que a fala pode ser considerada um capital, Romaine (2003) questiona o quanto isso é relevante para a mulher de hoje, dado que as mulheres estão andando a passos largos no alcance de paridade educacional e econômica com os homens, o que é um resultado do movimento moderno das mulheres. Mais: se as mulheres estão usando o padrão para alcançar status que lhes foi negando, seria de se esperar que essa necessidade diminuísse, uma vez que as mulheres têm tido acesso a empregos de maior status e remuneração, por exemplo, o que vimos nos resultados do IBGE. Se a premissa de que a estrutura social se reflete nos padrões linguísticos, seria de se esperar que os estudos sociolinguísticos mais recentes relevassem menos variação de gênero do que os estudos realizados na década de 1960 e 1970.

Crítico da abordagem suposicionista de Trudgill (mas também criticado por sua abordagem biológica, presente na versão de 1994 de seu livro *Sociolinguistics Theory*), ao retrospectar estudos sociolinguísticos realizados com amostras estratificadas quanto a homens e mulheres, Chambers

(2003) referenda a tendência do menor uso pelas mulheres de variantes estigmatizadas ou não padrão do que homens do mesmo grupo social e nas mesmas circunstâncias. Sua explanação é baseada na distinção entre gênero e sexo, com a diferenciação de dois princípios: o da variação baseada em gênero e o da variação baseada em sexo. A distinção baseada em sexo (vantagem verbal neuropsicológica das mulheres levaria à discrepância de resultados sociolinguísticos), fortemente presente na primeira versão de seu manual e relativamente moderada na versão de 2003, ainda assim não parece se sustentar (ROMAINE, 2003).

O princípio da variação baseada em gênero é assim enunciado por Chambers (2003, p.140): “Em sociedades onde os papéis de gênero são nitidamente diferenciados de como tal que um gênero tem contatos sociais mais amplos e grande abrangência geográfica, a fala do gênero menos circunscrito irá incluir mais variantes dos grupos sociais contíguos”. A vantagem deste princípio é que as diferenças entre as falas de homens e mulheres não são atribuídas ao gênero em si, com explicações do tipo “mulheres são mais conservadoras do que homens” ou se orientam pelo “prestígio das variantes”. A variação, neste caso, está relacionada com a amplitude dos contatos sociais ou geográficos. Implícita neste princípio está a premissa de que as normas de mobilidades para homens e mulheres são diferentes. Esta explanação é evocada em alguns estudos sociolinguísticos brasileiros, e aplicável a outros, especialmente em situações de contato linguístico (rural/urbano, línguas de herança, etc.).

Romaine (2003) propõe que a relação entre fala feminina e dialetos sociais necessita de um re-exame crítico em uma perspectiva não baseada em classes, porque a relação de homens e mulheres em classe não é igual. Apesar dos ganhos dos movimentos feministas, mulheres ainda estão concentradas em ocupações específicas, particularmente em funções de baixo pagamento em setores de serviços e no trabalho doméstico, não reconhecido. Para este cenário, o conceito de “rede social”, adotado da antropologia para a sociolinguística, daria conta de diferentes hábitos de socialização dos indivíduos e de seu grau de envolvimento com a comunidade local. Por exemplo, o estudo de Milroy (1980), em três comunidades de classe trabalhadora (duas católicas e uma protestante) em Belfast, Irlanda, examinou diferentes tipos de redes dentro das quais os indivíduos se socializavam e correlacionou a força da rede com variáveis

linguísticas.<sup>10</sup> Segundo Romaine (2003), para a explanação dos efeitos de gênero na língua, os resultados de estudos de rede são muito mais utilizáveis do que classe social, e podem ser aplicados a contextos monolíngues ou bilíngues.

Vejamos, a seguir, como alguns estudos (não necessariamente sociolinguísticos, mas que se valem de coletas aos moldes da Sociolinguística, com o controle estratificado de categorias sociais) lidam com os resultados da variável sexo/gênero quando os resultados não seguem as hipóteses “clássicas”.

### 1.4.1 Controle de uma variável *default*

Por ser estratificação *default* nos bancos de dados sociolinguísticos, controlar a variável sexo/gênero é uma praxe; tendo ou não uma hipótese do seu efeito sobre o fenômeno, não há custo operacional em incluí-la na análise, na medida que a categorização já vem pronta, sem requerer reflexões analíticas do pesquisador. Se não for significativa na análise estatística, o resultado é que a variável sexo/gênero não influencia o fenômeno; se for significativa, buscam-se subsídios em outros estudos para avaliar a tendência geral do fenômeno e corroborar a tese do prestígio/estigma, inovação/conservadorismo. Ou, então, simplesmente apresentam-se os resultados.

Vejamos o estudo intitulado “Realizações do sujeito expletivo em construções com o verbo *ter* existencial na fala alagoana” (VITÓRIO, 2011). A proposta do trabalho é analisar construções existenciais formadas com o

---

10 Milroy (1980) propôs uma combinação de traços para controlar multiplexidade e densidade da rede, baseada em uma escala de seis pontos, do 0 a 5, controlando os seguintes indicadores:

- Membro de uma rede densa, territorialmente constituída rede densa
- Laços fortes de parentesco rede multiplexa
- Trabalha no mesmo lugar com ao menos dois outros membros da mesma comunidade rede multiplexa
- Compartilha o mesmo local de trabalho com ao menos dois outros membros do mesmo sexo da mesma área rede multiplexa
- Desenvolve trabalhos voluntários nas horas vagas rede multiplexa

Para medir efeitos da força da rede com a variação foi realizado o *Spearman test*. A divisão em grupos quanto aos escores de efeitos da força da rede mostra diferença de grau de variação em relação ao escore alto ou baixo. Os grupos também foram arranjados em função da interação entre as variáveis extralinguísticas (sexo, idade). Este estudo permite a ampliação do controle de variáveis extralinguística, com a desvinculação de classe (controlando redes). Por outro lado, a amostra utilizada era muito pequena para *Spearman test* e é um estudo de difícil replicabilidade nos dias de hoje, em função da mobilidade (foi realizado nos anos 1980, em um cenário específico de segregação na Irlanda)

verbo ter quanto ao preenchimento da posição de sujeito, como em:

- (1) minha rotina de trabalho eu acho legal porque pra mim num é nem rotina porque sempre acontecem coisas diferentes por mais que a gente planeje assim a gente tem um momento de rotina claro (L72L9080)
- (2) tem vários lugares que a pessoa viaja aqui mesmo (L71L9043) (VITÓRIO, 2011, p. 181)

A amostra analisada é constituída por entrevistas sociolinguísticas de informantes socialmente estratificados pertencentes à comunidade de fala de Alagoas. Por ser socialmente estratificada, a autora recorre à Teoria da Variação e Mudança, nos termos de Labov (1972). A variável dependente controlada foi a presença vs. ausência do sujeito expletivo em construções formadas com o verbo ter existencial; as variáveis linguísticas controladas foram o tipo de pronome, colocação da expressão locativa na sentença e tempo verbal. Os fatores sociais controlados foram sexo, faixa etária e escolaridade.

Para os fatores linguísticos, os resultados são de que, quanto ao preenchimento, “o sujeito expletivo é maior representado pelos pronomes você e a gente e ocorre com maior frequência nos seguintes contextos linguísticos: quando a expressão locativa aparece posposta ao verbo ter existencial e em construções com o verbo no tempo presente.” (VITÓRIO, 2011, p. 189). A autora explica que os resultados gerais corroboram constatações de estudos em outras comunidades de fala, a exemplo da fala carioca e soteropolitana.

Não há hipóteses para o controle dos fatores sociais e a análise apontou apenas faixa etária e escolaridade como estatisticamente significativas. A autora conclui que as realizações de sujeito expletivo se mostraram “dentro da escala de neutralidade” (VITÓRIO, 2011, p. 185), indicando que o preenchimento da posição de sujeito em construções de ter existencial ocorre sem distinção de sexo. O percentual de realização de sujeito expletivo foi de 15% para os homens e 14% para as mulheres. Na busca de relevância para o resultado, a autora realiza um cruzamento entre as variáveis sexo e escolaridade, constatando que a presença do sujeito expletivo tende a aumentar com o aumento da escolarização, para ambos os sexos, o que não traz relevo ao controle da variável.

Mas, no cruzamento de sexo com faixa etária, a autora conclui que o resultado aponta para o comportamento diferenciado de homens e mulheres: na faixa etária intermediária, são os homens que mais preenchem a posição de sujeito do verbo ter existencial com expletivo, enquanto as

mulheres da faixa etária mais velha preenchem mais. Na faixa etária mais jovem, é neutralizada a diferença de sexos.

O que isto significa? Segundo a autora, “não só que são os falantes mais escolarizados e mais velhos que mais utilizam o sujeito expletivo, como também que são as mulheres que tendem a preencher mais tal posição” (VITÓRIO, 2011, p. 189). Como não há uma hipótese para o controle da variável, nem uma problematização acerca do prestígio ou estigma do preenchimento da posição expletiva do ter existencial, fica difícil mensurar o que estes resultados indicam quanto ao sexo/gênero.

### 1.4.2 Um fenômeno, dois resultados

A realização do gerúndio, no português brasileiro, é um fenômeno variável que apresenta matizes de avaliação social. Esta é a premissa do estudo de Ferreira, Tenane e Gonçalves (2012), ao analisarem a realização variável do gerúndio nos dados do IBORUNA, como em:

a. eu ficava *conversan(d)o* o tempo todo [AC-014:NE:L.75]

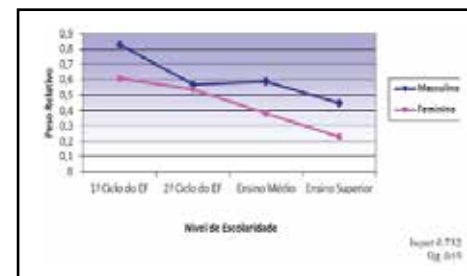
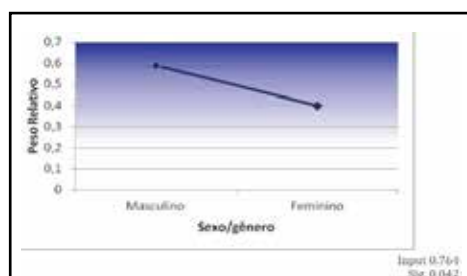
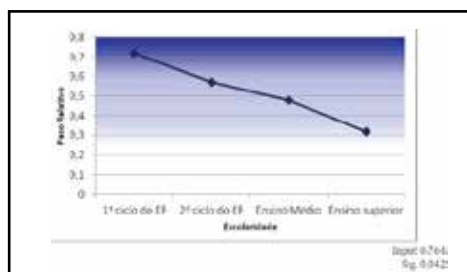
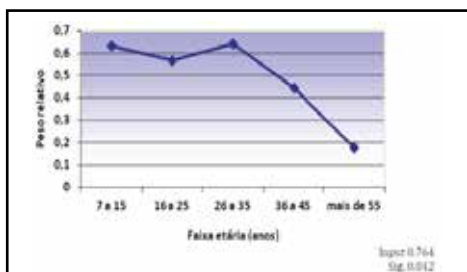
b. ai professora tô *entendendo* tudo agora [AC-014:NE:L.73]  
(FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p.178)

Quanto ao sexo/gênero, o controle de “informantes de sexo masculino e feminino se deve à obtenção de uma amostra heterogênea representativa da comunidade de fala estudada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 177).

Foram identificados 999 contextos de formas verbais no gerúndio, nos quais há 72% de aplicação da regra de redução (exemplo a), o que sugere que o apagamento no gerúndio é uma característica da variedade falada em São José do Rio Preto. Na análise estatística, porém, sexo/gênero foi a última variável extralinguística selecionada.



**Quadro 1: Resultados do apagamento do /d/ no gerúndio  
(FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 178-183)**



Os resultados, segundo os autores, “confirmam a premissa variacionista de que as mulheres são relativamente mais sensíveis às formas de prestígio (forma padrão)” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 180). Apoiados em Labov (1972), os autores assumem uma perspectiva de diferenciação entre homens e mulheres relacionada aos papéis sociais, que levariam a comportamentos linguísticos distintos. Prevalece, então, a concepção de sexo/gênero como categoria social. No entanto, no tratamento da variável no decorrer do texto, são usadas as terminologias “sexo” e “gênero” alternada e indistintamente.

A interação entre os fatores idade e sexo (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 181, sublinhado meu) aponta que “informantes masculinos mais jovens são os que mais favorecem o apagamento do [d] de gerúndio, e informantes do sexo feminino, de modo geral, os que mais desfavorecem-no, independentemente da faixa etária, sempre com PR [pesos relativos] próximos ou abaixo de 0,5”

O cruzamento entre as variáveis sexo/gênero e faixa etária mostra que “o comportamento diferenciado de gênero se neutraliza na faixa de 16 a 25 anos, e se acentua na faixa seguinte, de 26 a 35 anos, na qual o perfil masculino fortemente se associa à forma não padrão” (FERREIRA, TE-

NANI, GONÇALVES, 2012, p. 181), neste caso, a supressão do [d]. “No tocante ao gênero feminino, as mulheres de faixas etárias mais avançadas são mais conservadoras do que as de faixa etária mais nova” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p.182)

A partir dos resultados da interação entre faixa etária e sexo/gênero, os autores concluem que os dados de apagamento no morfema de gerúndio indicam mudança em progresso, liderada pelos homens, e que, por isso, se dará de forma mais lenta. Apoiam-se em Labov (1972) para dizer que

a maioria das crianças adquirem sua primeira língua por meio das mulheres que transmitem uma forma relativamente conservadora a seus filhos [...] Na medida em que os principais transmissores de uma variedade linguística, no caso as mulheres, apresentam comportamento aproximadamente linear em relação ao uso das formas inovadoras, a mudança em progresso tende a ser enfraquecida ou mesmo refreada (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 182)

Na interação entre escolaridade e gênero, “tanto os homens quanto as mulheres menos escolarizados usam mais o apagamento do que os mais escolarizados.” [...] As mulheres mais escolarizadas são ainda mais sensíveis às formas de prestígio, o que confirma uma tendência geral de estudos variacionistas” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 183)

Tais resultados, para os autores, confirmam que a variante inovadora é estigmatizada na comunidade sob análise, já que “as mulheres e os mais escolarizados fazem uso mais frequente da forma padrão, isto é, da variante prestigiada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 184).

Qualquer que seja a interpretação em termos de identidade social para o fenômeno em análise, o certo é que a estigmatização da forma inovadora é sempre perceptível, uma vez que falantes do gênero feminino, falantes mais escolarizados e falantes mais velhos tendem a inibir o apagamento do [d] de morfemas de gerúndio, o que significa que perfis sociais com essa combinação constituem foco de resistência à mudança. (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 185)

Os autores concluem que a variável sexo/gênero é a mais relevante (embora tenha sido a última variável selecionada), em função da sua interação com as variáveis faixa etária e escolaridade, compondo o perfil social que sugere que a supressão é socialmente estigmatizada: “gênero feminino, de nível elevado de escolaridade e da faixa etária mais avançada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 186), pois “homens jovens e

com poucos anos de escolarização são os que mais aplicam o apagamento de /d/ nas formas de gerúndio, o que nos permite concluir, com base em hipóteses clássicas da atuação de variáveis sociais, que tal fenômeno é estigmatizado na comunidade de fala estudada” (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 167, sublinhado meu).

Em outra comunidade de fala, desta vez em Fortaleza, a redução do gerúndio também foi objeto de análise (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013), correlacionando a frequência em função da variável gênero/sexo ao prestígio da forma. A pergunta que os autores colocam é “qual gênero/sexo investigado prestigia o fenômeno em estudo?” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 399). Estudos anteriores “apontam para a mesma direção: falantes do sexo masculino tendem a apresentar um maior uso do apagamento da oclusiva em suas falas” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 402).

Os dados analisados são provenientes do NORPORFORT, com estratificação quanto ao sexo/gênero. Foram identificados 477 dados, correspondendo à redução um percentual de 74,2% das ocorrências.

**Quadro 2: Resultados do apagamento do /d/ no gerúndio  
(NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 407-408)**

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
0 a 4 anos	170/191	89	0,75
9 a 11 anos	175/274	64	0,31

Tabela 1: Atuação da escolaridade no apagamento da oclusiva no morfema /ndo/

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
15 a 25 anos	105/137	77	0,54
26 a 49 anos	144/166	87	0,71
50 ou mais	96/162	59	0,25

Tabela 2: Atuação da faixa etária no apagamento da oclusiva no morfema /ndo/

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Mulher	179 / 221	81	0,57
Homem	166/244	68	0,43

Tabela 4: Atuação do gênero no apagamento da oclusiva no morfema /ndo/

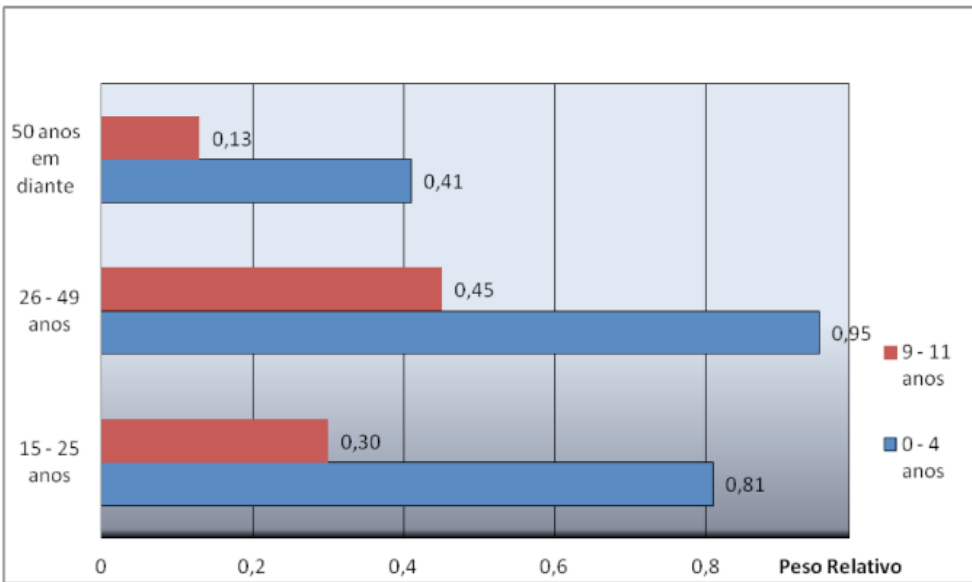


Gráfico 2: Escolaridade x faixa etária no apagamento da oclusiva /d/ no morfema /ndo/

Quarta variável selecionada, o resultado de sexo/gênero refuta a hipótese assumida de que mulheres apresentariam “discurso mais conservador e próximo da variante padrão” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 408). Outros estudos, segundo os autores, confirmam a “hipótese do conservadorismo feminino”, o que leva a propor um “comportamento particular, quanto ao apagamento da oclusiva no gerúndio” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 408-409).

Os resultados sugerem que falantes mais jovens não favorecem o apagamento; apenas os falantes com baixa escolaridade beneficiam o fenômeno; e as mulheres, ao contrário dos homens, são aliadas da regra. Os autores reconhecem que seus resultados apontam para

uma direção diferente no tocante à variação diagenérica. Estudos na área da Sociolinguística Variacionista, incluindo aqueles aqui resenhados, mostram que as mulheres apresentam um comportamento linguístico mais conservador e tendem a utilizar mais a norma padrão. Entretanto, nesta investigação, os homens demonstraram um comportamento mais conservador, uma vez que as mulheres apresentaram um peso relativo de 0,57 e os homens de 0,43 para aplicação do apagamento. (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 411).

Por fim, concluem que, “diante do alto índice de aplicação do fenômeno (74,2%), que o apagamento da oclusiva /d/ não é uma forma tão estigmatizada, se comparada a outras variações encontradas no português brasileiro.” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 411).

Comparando o desenho dos estudos, temos:

<b>FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012</b>	<b>NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013</b>
<b>São José do Rio Preto/SP</b>	<b>Fortaleza/CE</b>
IBORUNA	NORPORFOR
2 sexos	2 gêneros
5 faixas etárias	3 faixas etárias
4 escolarizações	2 escolarizações
2 faixas de renda	
76 informantes	24 informantes
999 dados	477 dados

Embora haja diferenças no desenho das amostras que impactam, por exemplo, na quantidade absoluta de ocorrências, em ambos os estudos identificamos um padrão de aplicação da regra de redução muito próximo (72% para o IBORUNA, 74,2% para o NORPORFOR) e tendências

quanto à escolarização e à faixa etária convergentes. No entanto, apesar da convergência, há diferença nos resultados quanto ao sexo/gênero: em um há a liderança feminina, em outro a liderança masculina.

Comparando as conclusões, temos:

<b>FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012</b>	<b>NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013</b>
Aplicação 72%	Aplicação 74,2%
Mudança em progresso, apreensível em tempo aparente	Variação estável, com base nos resultados de escolaridade e faixa etária
Fenômeno estigmatizado, já que é mais utilizado com menor frequência por mulheres, de maior escolaridade e mais velhas	Fenômeno não tão estigmatizado, dada a alta taxa de aplicação

Um dos estudos conclui que a variante é estigmatizada (FERREIRA, TENANI, GONÇALVES, 2012, p. 167), o outro conclui que a variante “não é uma forma tão estigmatizada” (NASCIMENTO, ARAÚJO; CARVALHO, 2013, p. 411). É bem possível que a diferença de comportamento de sexo/gênero tenha induzido a essa interpretação de menor estigma, já que as mulheres tendem a usar a forma.

### 1.4.3 Explicações baseadas na experiência

Quando a hipótese clássica não se verifica, muitos autores resgatam o lado “social” da sociolinguística, com explicações que se baseiam em etnografia dinâmica social na comunidade.

Vejamos o resultado de Rodrigues (2004). Sua análise foca a concordância verbal, tomando como amostra dados de 40 informantes adultos, moradores de favelas paulistanas, estratificados quanto à escolarização (zero e até 4 anos) e quanto à procedência (capital, interior, nordeste). A amostra é da década de 1980, uma realidade sociodemográfica diferente da atual.

Para a 3ª pessoa do plural, “o fator sexo se mostrou irrelevante, já que homens e mulheres apresentam, praticamente, a mesma frequência (72% e 70%) e índices de probabilidade bastante próximos de 0.50.” Mas na 1ª pessoa do plural, “em lugar de mostrarem preferência pelas formas de prestígio, as mulheres das comunidades estudadas tendem a usar as formas verbais não-padrão, sem marcas formais de concordância do verbo com seu sujeito.” (RODRIGUES, 2004, p. 127)

Uma explicação evocada é o “estatuto social do homem e da mulher de classe econômica desfavorecida, analfabetos ou semi-escolarizados, pro-

venientes da zona rural, na sua maioria despreparados para competir no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos brasileiros” (RODRIGUES, 2004, p. 128). A autora continua: “a força de trabalho do migrante do sexo masculino é aproveitada ou assimilada pelos centros urbanos mais facilmente do que a do sexo feminino”. O estatuto ocupacional leva a uma identidade social:

Ele precisa adaptar-se mais rapidamente ao *modus-vivendi* da capital, adquirir novos hábitos, novas formas de comportamento social, em que se inclui o comportamento verbal, abandonando, com rapidez, o estilo de vida rural. Ele precisa mudar seus hábitos linguísticos porque os adquiridos nas suas regiões de origem o identificam como migrante e são estigmatizados nos grandes centros urbanos industrializados [...] Os homens, em geral, não exercem suas atividades profissionais no próprio bairro em que residem; ao contrário, o bairro funciona apenas como dormitório para esses trabalhadores que, na sua maioria, não tem oportunidade de conviver com os moradores da região [...] As mulheres analfabetas ou de baixo nível de escolaridade da periferia de São Paulo tendem a manter os hábitos adquiridos em suas regiões de origem, inclusive as realizações verbais estigmatizadas [...] Os homens sentem logo o peso da discriminação social ao buscar meios de sobrevivência fora de seu bairro. Sentem-se impelidos a se tornarem um igual com relação aos moradores da cidade grande. Faz parte desse processo de assimilação das coisas urbanas o abandono de traços de fala que o identifiquem como migrante. (RODRIGUES, 2004, p. 128-129)

A explanação etnográfica para o resultado da concordância nesta comunidade tem aderência com a orientação das práticas e mobilidade de Chambers (2003).

A variação concordância tem se mostrado um domínio desafiador para as hipóteses clássicas quanto ao sexo/gênero. Rúbio (2007) discute a questão do estigma da variante na concordância e a relação com a variável sexo/gênero. Após a discussão do paradoxo do sexo (LABOV, 1990) e da hipótese da divisão sociocultural do trabalho entre homens e mulheres,

Nossa hipótese inicial era de que informantes do sexo feminino apresentassem um maior índice de CV do que informantes do sexo masculino. Apesar de não ter sido selecionado como relevante, este grupo de fatores contrariou nossa expectativa inicial, uma vez que, para os homens, houve um maior índice de aplicação da regra (87%/0.54) do que para as mulheres (82%/0.47), embora, em ter-

mos de frequência, a distância entre eles não seja grande. (RÚBIO, 2007, p. 383)

Para explicar o resultado, o autor busca respaldo na hipótese da origem geográfica dos informantes: “É muito comum na comunidade investigada, que a mulher, diferentemente do homem, permaneça em casa, nos afazeres domésticos, não travando um contato maior com a norma culta, presente principalmente no ambiente de trabalho” (RÚBIO, 2007, p. 383). A amostra utilizada – o IBORUNA – controla a profissão dos seus informantes. A análise das profissões mostra que os informantes do sexo masculino

em sua maioria, exercem profissões fora do ambiente familiar e, ainda, profissões nas quais é imprescindível o contato com o público, o que julgamos influenciar positivamente a implementação da norma culta. Por outro lado, as mulheres que compõem a amostra exercem profissões domésticas, ou no próprio ambiente do lar, o que leva a um menor contato com outras comunidades de fala. A faixa etária mais jovem, tanto de integrantes do sexo feminino quanto integrantes do sexo masculino, possui praticamente a mesma inserção na comunidade, já que se compõe basicamente de estudantes. Logo, julgamos que a não confirmação total da hipótese inicial pode ser atribuída às diferenças de inserção social dos diferentes informantes da amostra analisada. (RUBIO, 2007, p. 383)

Ainda no domínio da concordância, “Concordância verbal e a variável “sexo” em três comunidades linguísticas do interior do Estado da Bahia” (SILVA, 2012) assume uma perspectiva da variável sexo a partir dos papéis sociais representados por homens e mulheres, o que se refletiria no seu uso linguístico. Os resultados desta análise apontam que “homens tendem a empregar formas inovadoras na comunidade de fala com maior frequência do que as mulheres por causa do seu maior contato e circulação nos espaços sociais.” (SILVA, 2012, p. 207)

A explanação da mobilidade, mais uma vez, é evocada.

Os espaços legítimos da presença feminina são mais restritos do que os espaços masculinos nas sociedades rurais e urbanas do interior da Bahia. As mulheres circulam menos pelos diversos grupos e costumam desenvolver atividades que, de certo modo, constituem a extensão das atividades do lar. Embora tal situação tenda a se modificar, há resquícios, ainda, de uma cultura em que o espaço legítimo da presença e da circulação feminina restringia-se ao lar e à igreja. (SILVA, 2012, p. 208-209)



O estudo de Silva (2012) toma como amostra três comunidades no interior da Bahia. Cinzento, comunidade quilombola, onde “os informantes são lavradores e lavradoras; as informantes, ainda, desenvolvem trabalhos domésticos não remunerados, e uma desenvolve trabalho doméstico remunerado, na própria comunidade”; Morrinhos, comunidade rural, onde “a maioria das mulheres exerce trabalhos domésticos não remunerados, enquanto os homens dividem-se em ajudantes de serviços gerais (pedreiros, encanadores) e agricultores” e Poções, comunidade urbana do interior, onde “as mulheres exercem trabalho doméstico não remunerado ou trabalho doméstico remunerado. Os homens de Poções são motoristas, garis, pedreiros e, também, auxiliares de serviços gerais.” (SILVA, 2012, p. 211). Diz o autor que

As mulheres mais velhas (por nós entrevistadas) afirmaram que nunca trabalharam de ‘ganho’, procuravam apenas desenvolver as atividades que lhes competiam dentro do próprio lar, mostrando um cerceamento da liberdade e do contato com outros grupos. [...] As mulheres mais jovens afirmaram que, esporadicamente, faziam serviços fora de casa e que almejavam uma colocação no mercado, mas sempre se referiram a profissões ligadas aos espaços sociais que seriam mais uma extensão dos seus ‘afazeres’ domésticos. (SILVA, 2012, p. 212)

Embora tenham sido apresentados conjuntamente, sem distinção das comunidades, os resultados apontam para a preferência dos homens pela forma mais aceita, a concordância verbal padrão, contrariando resultados de outros estudos. A preferência das mulheres por formas socialmente mais aceitas, mais prestigiosas, no entanto, só pode se dar “no momento em que tais mulheres mantêm contato com tais forma socialmente aceitas, o que pouco acontece na realidade das mulheres analfabetas ou pouco escolarizadas dos grupos por nós analisados.” (SILVA, 2012, p. 214)

Ainda tratando de comunidades do interior da Bahia, desta vez em outra microrregião, Jesus (2012) espanta-se com os resultados obtidos para a variação nas preposições locativas: “Os informantes do sexo masculino são mais inovadores ao preferirem a preposição em, com peso relativo de 0,60, e os do feminino mais conservadores, já que preferem a preposição para, com peso de 0,56. [...] As mulheres do semiárido baiano confirmam a tese de que a mulher é mais sensível às formas socialmente prestigiadas [...] Todavia, em se tratando das comunidades rurais analisadas, esperava-se que o homem tivesse este comportamento linguístico, já que estes saem mais das localidades em que vivem em direção aos grandes centros urbanos, seja para vender o produto da lavoura, seja para trabalhar” (JESUS,

2012, p.322), o que favoreceria a entrada da variante de prestígio na comunidade.

Os resultados dos estudos elencados se alinham às premissas que Chambers (2003) e Romaine (2003) propõem: variação de sexo/gênero em função de redes de mobilidade e papéis sociais. Coletas que partem do constructo da comunidade de práticas envolvem necessariamente a documentação etnográfica e têm conseguido padrões de explicação de resultados consistentes (ver, por exemplo, BATTISTI, 2014).

## 1.5 RESTRIÇÕES METODOLÓGICAS

Sexo, idade e escolaridade são categorias sociais *default* na estratificação de bancos de dados sociolinguísticos. Mas, enquanto para idade e escolaridade há a definição de critérios mensuráveis, a estratificação quanto ao sexo é assumida tacitamente, ou com a definição binária masculino/feminino. Como lidar com estas questões metodológicas?

### 1.5.1 Sexo biológico, civil e gênero

O processo de seleção de informantes para a constituição das amostras sociolinguísticas segue a categorização definida para a estratificação. Via de regra, escolhemos informantes potenciais por idades e escolaridades presumidas, mas de sexos claramente definidos. A presunção de determinadas categorias e a assunção categórica do sexo podem ser verificadas na própria entrevista sociolinguística: os momentos iniciais da entrevista são caracterizados por perguntas de checagem, com a finalidade de quebrar o gelo, calibrar a gravação, e também confirmar, mais uma vez, as informações que definem o perfil do informante quanto à célula social da amostra e que comporão a ficha social.

E Podes me dizer o teu nome completo e a tua idade.

F Tá. Meu nome é Jaqueline \*\*\*, eu tenho vinte e cinco anos.

E Ô, Jaqueline tu nasceste aqui em Florianópolis?

F Nasci aqui e morei sempre aqui.

E E os teus pais de onde é que são?

F Também são daqui. Todos os dois. Família inteira, né?

E Ahhã. Tu tens muitos irmãos?

F Tenho, tenho mais três irmãos.

E E todos moram aqui?

F Todos moram aqui. Inclusive já são casados

E Aqui no Estreito tu moras há quanto tempo?

F <Aq> estou a minha vida inteira. Sempre morei aqui.

E Sempre moraste aqui?  
F ãh, hã.  
E Tu estudaste até que ano?  
F Até a sexta série.  
E Sexta série?  
F Do primeiro grau, ãh, hã.  
E E tu trabalhas? F Trabalho. Eu trabalho numa [...]”  
(VARSUL SC FLP 01)

E: É qual o nome da senhora?  
F: Raimunda \*\*\*  
E: E a idade?  
F: Sessenta ou sessenta e cinco  
E: Sessenta e cinco né? É aqui a senhora mora a quanto tempo aqui dona Raimunda?  
F: Minha fia eu acho que já tem mais de quase cinquenta porque foi logo quase quando a pista começou não eu já é... tive Vagui foi eu só tive no Tanque essa aí eu acho que já tem uns quarenta quarenta e dois por aí assim porque é a idade de Ivan  
E: E antes a senhora morava aonde?  
F: No Tanque  
E: No Tanque a senhora morava lá né A senhora gostava de morar no Tanque? [...]  
(Falaes Sergipanos, Lagarto, 02)

Na checagem da entrevista, perguntam-se o nome, a idade, a escolaridade, se sempre morou no local, etc. o que visa garantir confiabilidade à estratificação definida. Mas ninguém pergunta se o informante é homem ou mulher, ou, melhor, qual seu gênero ou seu sexo. Se a escolha dos informantes é inconscientemente presumida, é de se esperar que o processo seja guiado pelos protótipos da categoria: se preciso encontrar um informante da faixa etária de 18 a 25 anos, vou escolher dentre aqueles que aparentemente se enquadrar nesta faixa etária, com base em pistas sociais, como aparência física, indumentária, etc. Mas faixa etária e escolaridade são categorias graduais, escalares: um indivíduo que está na faixa etária de 18 a 25 anos pode ter, por exemplo, 21 anos; outro pode ter os 25 anos limítrofes estabelecidos, ou, ainda, 18 anos. Já para sexo/gênero, a escolha é binária. Prototipicamente, a escolha inconsciente pode levar à seleção de homens “masculinos” e mulheres “femininas”. Ou não. Vejamos o caso de Jason (nome fictício).

Na constituição da amostra de Itabaiana<sup>11</sup> do banco de dados Falares Sergipanos, foi apenas na etapa da revisão da transcrição ortográfica de uma entrevista sociolinguística que “emergiu” um problema para a ortogonalidade da amostra: um informante que não se enquadrava no protótipo esperado para seu perfil social.

Eu morro de vontade de passar com meu namorado na orla porque é lindo... eu gosto ((risos)) as pessoas falam que é meio cafona mas eu acho lindo passar lá na orla ver fogos eu acho tão boni- ( ) no Rio de Janeiro que eu morro de vontade de passar lá no em Copacabana ((risos)) mas meus sonhos são pequenos... aí só que nunca dá porque a gente não tem carro ainda... e é complicado ficar em hotelzinho... porque nunca a grana a grana sempre é pouca... ou então... nunca (hes) nunca deu... mas o me-... meu plano é esse eu quero passar lá ((risos)) eu vou tentar convencer... e é isso com relação e tenho também (hes) um plano um plano não... é uma meta eu vou conseguir... que é fazer um aniversário legal pra ele só nós dois... o meu namorado que ele faz aniversário no mês de dezembro... aí eu quero fazer uma coisinha assim bem gostosinha assim pra nós dois uma viagemzinha alguma coisa do tipo... isso é um... um objetivozinho que eu tenho pra nós mais só... final do ano assim eu penso eu penso eu sonho assim com coisas... família com... eu sou meio romântico sabe?... aí meus objetivos são assim coisinhas assim com ele... que é com quem eu vivo mesmo que eu divido tudo... então... tem que ser do lado dele [...] (Falares Sergipanos, Itabaiana, 16)

Sem a identificação do informante, podemos, a partir da leitura da transcrição da entrevista, construir perfil prototipicamente de uma mulher, do sexo feminino. Ao falar dos planos para o futuro, com seu namorado, vem a quebra do protótipo: “Eu sou meio romântico, sabe?”. A marca de gênero gramatical na relação de concordância no predicativo indicia um gênero social que não corresponde à expectativa do perfil prototípico construído. Não é uma mulher quem fala, é um homem. Uma análise de toda a entrevista, em contraste com as demais entrevistas que compõem a amostra sob a identificação de sexo/gênero masculino, delineia um padrão diferenciado: Jason gosta de ler, especialmente os livros da série Crepúsculo; a quantidade de diminutivos chama a atenção, e, na parte do roteiro dedicada a uma situação difícil, de risco, Jason fala sobre como contou à família sobre sua homossexualidade, ou, nos seus termos, como explicou

11 A amostra é composta por 20 entrevistas sociolinguísticas com informantes universitários, com faixa etária entre 18 e 26 anos) e foi constituída no âmbito do projeto *Variação na expressão do tempo passado: funções e formas concorrentes* (FAPITEC/CNPq 2009-2012).

“a situação de gostar de outros rapazes”.

Ao investigar como “isso” foi acontecer, a entrevistadora (e este dado é importante, como vamos ver mais à frente) foi inquirida sobre o processo de seleção do informante e confirmou, que, de fato, em nenhum momento perguntou o sexo/gênero ao informante, simplesmente preencheu o formulário com base em seu protótipo de gênero. Jason foi enquadrado como um informante do sexo masculino. Resolvemos realizar um teste: a entrevistadora voltou a contatar o informante e solicitou-lhe que preenchesse a ficha social, ele mesmo, sob o pretexto de arquivamento dos dados: Jason se autodeclarou do sexo masculino. O formulário era binário como via de regra são todos os formulários, inclusive o formulário do Censo 2010 do IBGE.<sup>12</sup> Resolvido o problema da categorização do informante, outra decisão se impetra: mantê-lo na amostra ou substituí-lo por um homem “masculino”? Se mantido, quais as implicações em se ter um informante como “esse” em uma amostra sociolinguística?

“Esse” e “isso” causam, sim, problemas para uma análise sociolinguística baseada em bancos de dados de estratificação homogênea, aqueles que tomam o mesmo número de informantes para cada célula social, sem considerar a proporcionalidade no mundo real. Por exemplo, o Brasil se encaminha para uma quase universalização da educação básica; por isso não há correlato no mundo real uma amostra sociolinguística que estratifica homogeneamente os níveis de escolarização; a generalização dos resultados certamente será distorcida.<sup>13</sup> Se a homogeneização da amostra causa distorções quanto a efeitos de escolarização, o que a heterogeneização de uma categoria prototipicamente homogênea e binária na idealização sociolinguística pode fazer em uma análise? O controle individual permitiria verificar a que padrão de comportamento binário o informante se alinha. Mas, ainda assim, para garantir comparabilidade com outros bancos de dados, talvez fosse mais conveniente excluí-lo da amostra e buscar outro

---

12 O questionário inclui a alternativa “cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo” no campo 5, destinado às informações sobre moradia. Já no campo 6, destinado às características do morador, a pergunta 6.01, sexo, tem resposta binária: 1 - masculino, 2 - feminino.

13 A homogeneização da amostra, com a equiparação do número de informantes das células sociais independentemente da sua representatividade no conjunto real, é uma decorrência da assunção da premissa de que a natureza do sistema linguístico é probabilística. Em Freitag (2011), argumentei que, embora os bancos de dados tenham apresentado resultados empíricos efetivos para a descrição do português, não se pode negar que existem problemas na sua constituição. Até que ponto os resultados de uma amostra homogeneizada podem ser generalizados para um grupo maior, heterogêneo? Calvet (2002) questiona se é válida a relação entre a heterogeneidade social e a homogeneização da amostra, o que pode vir a produzir efeitos de interação entre as variáveis sociais e linguísticas; Mollica e Roncarati (2001) também consideram esta questão ao tratar de uma agenda de trabalho para a área da Sociolinguística no Brasil.

informante, mais prototípico, que não quebre a ortogonalidade das células...

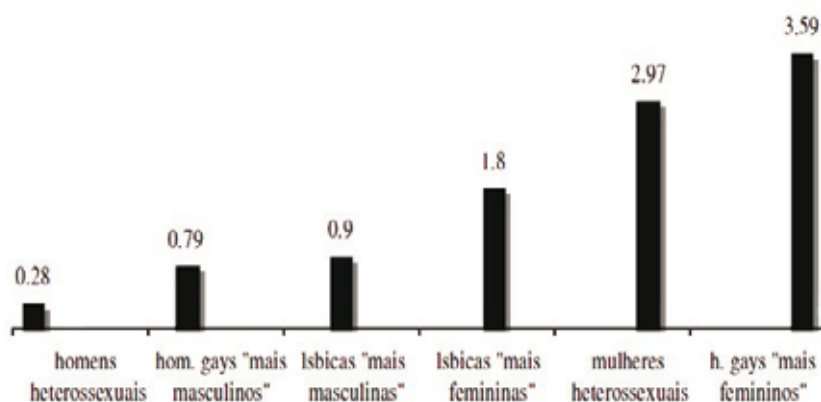
Mas a Sociolinguística estuda as relações entre língua e sociedade. Se a sociedade muda, a categorização da sociedade nas amostras sociolinguísticas precisa também mudar, sob pena de representar um mundo idealizado, distante das dinâmicas sociais. A Sociolinguística do Brasil é muito tímida em suas classificações sociais: os bancos de dados sociolinguísticos são estratificados basicamente em funções de variáveis que podem ser “comprovadas” com um “documento”. Scherre e Yacovenco (2011, p.141) destacam, em sua proposta de agenda, “a difícil tarefa de considerar a questão das classes sociais no Brasil” nos estudos sociolinguísticos. O gênero, para além do binário homem e mulher, é outro desafio.

Vejam o estudo de Mendes (2012), que parte da premissa de que o uso de diminutivos no português brasileiro é percebido como um comportamento linguístico associado a sexo/gênero: mulheres usam mais diminutivos do que homens.<sup>14</sup> “Homens (gays ou não) que tendem a marcar sua masculinidade, bem como lésbicas que dizem preferir uma autoprojeção social ‘menos feminina’, parecem restringir seu emprego de diminutivos” (MENDES, 2012, p. 113). A análise considerou uma amostra estratificada quanto à orientação sexual (homo ou heterossexual) e pelo gênero (masculino e feminino) em uma escala de seis subgrupos resultante da interação entre a orientação sexual e o gênero:

- lésbicas mais femininas e lésbicas mais masculinas
- gays mais femininos e gays mais masculinos
- homens e mulheres heterossexuais

---

14 Além de Mendes (2012), os estudos de Mothes e Rosa (2009) e de Bençal, Baronas e Semczuk (2013) respaldam essa percepção. Há ainda a percepção não-científica, como a pergunta postada no *Yahoo Answers* “Por que as mulheres costumam usar o diminutivo em quase todas as palavras? É aquele caso do ‘bonitinho’ ‘casinha’ ‘cafezinho’ ‘gatinho’ entre outros! Tem uns que me irritam! Porque será que as mulheres usam tanto o diminutivo?”, cuja melhor resposta é “É nosso instinto materno que grita mesmo quando queremos ser apenas mulheres... E usar diminutivos com você devia deixá-lo orgulhoso pois isso prova que a mulher em questão se importa muito com você.” Interessante destacar outra evidência não-científica, uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, de 19/04/2014, cujo título é “Anúncios da Coca-Cola na América Latina tiram sarro de ‘jeitinho’ brasileiro de falar”, que atribui a característica de falar diminutivos à fala brasileira, independentemente de gênero.

**Gráfico 3: Uso de diminutivo em função de orientação sexual e gênero (MENDES, 2012, p. 122)**

Afora a do trabalho de Mendes (2012), estratificada quanto a sexo/gênero a partir da autoidentificação (5 mulheres que se identificam como lésbicas, 5 homens que se identificam como gays, 5 mulheres e 5 homens que se identificam como heterossexuais), da cidade de São Paulo, todos entrevistados por um único documentador, não há notícia de outra amostra sociolinguística ternária, com homens, mulheres e *gays*. E, mesmo nesta amostra, não há homogeneidade:

Entre os homens *gays*, por exemplo, três deles alegaram, durante suas entrevistas, fazer questão de parecer *gays* (vestir-se, soar e comportar-se socialmente como tais), ao passo que os outros dois relataram histórias pessoais que permitem entender que eles preferem não ter sua orientação sempre “em evidência”. De modo semelhante, duas das lésbicas disseram gostar de parecer mais masculinizadas do que em geral se espera das mulheres. (MENDES, 2012, p. 122)

O controle da categoria sexo/gênero desdobrada por orientação sexual e a autoidentificação de gênero poderia ser uma saída, inclusive em termos éticos, no entanto, não é tão simples assim implementar esta estratégia em larga escala. Primeiro porque não há consenso sobre quantas e quais seriam as orientações sexuais possíveis, o que está longe de um consenso. O site de relacionamentos *Facebook*, por exemplo, em uma de suas atualizações, ampliou as opções binárias tradicionais masculino ou feminino para mais de 50, dentre as quais “transgênero”, “cisgênero”, “gênero fluido”, “intersexual” ou “nenhum”, o que tornaria qualquer es-

tratificação sociolinguística inviável.<sup>15</sup> Amplamente utilizada, a gradação proposta por Kinsey e seus colaboradores (1948) estabelece um contínuo entre a homossexualidade e a heterossexualidade.<sup>16</sup> E, em segundo lugar, ainda que se atenha a uma faceta apenas do que vem a compor o gênero, a gradação de Kinsey considera o gênero estático, quando os modelos atuais consideram o gênero como em construção, gênero em transformação. Ninguém é de um gênero, se está em um gênero, gerando mais uma barreira para a categorização por amostragem em larga escala, como é a premissa da Sociolinguística. Vejamos o caso do cartunista Laerte Coutinho, que vem em processo de construção de um gênero: “Você nasce e vive até certo ponto da vida como homem e depois passa a se entender como mulher. No entanto, seu desejo continua sendo por mulheres, preferencialmente. Então você deixou de ser hetero e passou a ser homossexual?”<sup>17</sup> Como ficaria a categorização deste indivíduo em uma amostra sociolinguística? Há ainda muitos desafios pela frente.

A heterogeneidade transcende o binarismo do sexo/gênero. Amostras sociolinguísticas gays, nos termos propostos por Mendes (2012), ainda são escassas e limitadas, não só pelas restrições<sup>18</sup>, mas também pela latência de definições de fatores a serem controlados (orientação, identidade e expressão; gradações de gênero) para a definição de categorias. Metodologicamente, a questão a ser resolvida na estratificação dos bancos de dados sociolinguísticos não é quantos sexos/gêneros serão controlados, mas o modo de como implementar a transformação de uma variável discreta em variável contínua. O controle da gradiência de gênero multiplicaria o número de células sociais e, com isso, aumentaria sensivelmente o tamanho das amostras. Há um custo alto (tempo, recursos financeiros, mão

---

15 <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/facebook-oferece-mais-de-50-novas-opcoes-sexuais-1623739>

16 A gradação de Kinsey vai do 0 ao 6: 0 – exclusivamente heterossexual; 1 – predominantemente heterossexual, somente incidentalmente homossexual; 2 – predominantemente heterossexual, mas mais que incidentalmente homossexual; 3 – igualmente heterossexual e homossexual (bissexual); 4 – predominantemente homossexual, mas mais que incidentalmente heterossexual; 5 – predominantemente homossexual, somente incidentalmente heterossexual; 6 – exclusivamente homossexual.

17 Documentário disponível em: <http://youtu.be/Al-GDITv-Z4>

18 No relatório do Seminário de apresentação dos resultados da Chamada Pública: Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, pela qual o projeto “Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira” foi financiada, os GT de Saúde e Violência, em suas recomendações e demandas, apresentam as dificuldades e restrições impostas pelos comitês de ética em pesquisa (e a Plataforma Brasil) a estudos de populações intersex, o que gera não só morosidade, mas implica, em muitos casos, em mudanças de população para viabilizar a execução da pesquisa.



de obra), motivo pelo qual a opção do tratamento binário mínimo tenha ainda prevalência.

## 1.5.2 Não-controle dos entrevistadores

Se a ampliação de um banco de dados sociolinguístico para contemplar a gradiência de gênero, seja ela qual for, é uma ação custosa, o controle dos entrevistadores é uma ação relativamente simples, sem envolver recursos, mas que pode ter um amplo poder explanatório para auxiliar a interpretação de resultados.

A origem da primazia masculina na abordagem da Sociolinguística é herança da Dialetoлогия, que se constituiu com a fala de homens, com a premissa de que a pureza da língua era conservada pelo falante do perfil social do acrônimo NORM em inglês: sem mobilidade, idoso, rural e masculino.

Romaine (2003, p.112) lembra que os primeiros estudos sociolinguísticos foram conduzidos por homens, e muitas das perguntas feitas a homens e mulheres nas entrevistas refletem parcialidade masculina. Por exemplo, na cidade de Nova York, Labov pedia para homens e mulheres lerem uma passagem de um texto cujo final apresentava uma comparação entre cachorros e a primeira namorada de um garoto. (*I suppose it's the same thing with the most of us: your first dog is like your first girl; she's more trouble than she's worth, but you can't seem to forget her*). Em outras partes da entrevista, homens e mulheres eram inquiridos sobre suas palavras de formas diferentes. Mulheres eram inquiridas sobre jogos de infância, enquanto homens, dentre outras coisas, eram inquiridos sobre termos para garotas e, em certas ocasiões, sobre termos para órgãos sexuais. Não se pode creditar as diferenças linguísticas relacionadas ao gênero somente ao gênero; o tema/tópico temático percorrido nas entrevistas tem forte enviesamento de gênero e, certamente, tem efeitos na fala dos entrevistados.

Por outro lado, os efeitos do entrevistador na fala do entrevistado também podem ser medidos quando à sua experiência em pesquisa de campo, o que ficou conhecido como “efeito Rutledge”, ou quanto aos efeitos de polidez decorrentes das relações de poder e de solidariedade estabelecidas com os entrevistados em relação ao sexo/gênero (ou origem étnica, como no estudo de Rickford e MacNair-Knox (1994)). O “efeito Rutledge” é resultado do re-exame do estudo de Montgomery (1998) sobre a distribuição da construção de duplo modal *might could* em dados da amostra do *Linguistic Atlas of Gulf States* (LAGS). Para explicar o fato de que a construção de duplo modal é duas vezes mais frequente com entrevistadoras do que com entrevistadores, Montgomery (1998) argumenta que é

uma tendência de informantes serem mais polidos com mulheres do que com homens. No entanto, Bailey e Tillery (2004), ao reverem os resultados deste estudo, observaram que a frequência de ocorrência da construção era muito maior nas entrevistas realizadas por uma pesquisadora do projeto LAGS chamada Barbara Rutledge, a mais produtiva da equipe no processo de coleta de dados (ela realizou 200 das 1121 entrevistas que compõe a amostra). Como a coleta de dados seguia os moldes da dialetologia, com perguntas de um questionário objetivo, em certas ocasiões o entrevistador costuma fazer uso de mecanismos linguísticos para elucidar a resposta; era o caso de Barbara Rutledge, que frequentemente sugeria a resposta, com a forma *migh could*. Quando as entrevistas realizadas por Barbara Rutledge foram retiradas da análise, a distribuição da construção *migh could* perdia significância quanto ao sexo/gênero dos informantes.

O efeito do sexo/gênero no fenômeno, constatado por Montgomery (1998) é, na verdade, o efeito de um entrevistador (e suas estratégias linguísticas) sobre seus entrevistados; no entanto, a experiência aponta para a necessidade de um controle mais pormenorizado do entrevistador das entrevistas sociolinguísticas, a fim de desvelar os papéis sociopessoais da relação entre entrevistador e entrevistado.

Quanto à assimetria de gênero, o estudo de Holmes (1998) sobre as relações de fala entre entrevistados do mesmo sexo ou de sexo diferente sugere que, pelo menos em interações mais formais, membros de cada sexo falam o mínimo em situações em que se sentem mais desconfortáveis.

A atenção para o entrevistado tem sido um dos pontos a serem considerados nos estudos sociolinguísticos ditos de terceira onda (ECKERT, 2012), cujo foco reside nas práticas e na dimensão estilística da variação. O “efeito Rutledge” é um exemplo de o quanto o entrevistador pode influenciar a prática do entrevistado, em termos de postura linguística, o que pode ser explicado por acomodação (GILLES, 1973). O controle dos efeitos do entrevistador na fala do entrevistado, nos estudos sociolinguísticos brasileiros, ainda é incipiente. Seguindo a metodologia de entrevistas sociolinguísticas, Cambraia e Araujo (2004), ao analisarem a variação em locativos no português de Belo Horizonte, optaram por restringir a amostra a “apenas informantes do sexo masculino, já que a coleta foi realizada por pesquisador do sexo masculino” (CAMBRAIA, ARAUJO, 2004, p. 125-126). Já Freitag (2012) tece reflexões sobre os efeitos dos entrevistadores na fala dos entrevistados na expressão do passado condicional, valor linguístico que costuma ser associado à polidez (e, polidez, por sua vez, é relacionada à fala feminina); a constatação de que, na amostra sociolinguística sob análise, todas as entrevistas foram realizadas por entrevistadoras, impõe relativizações à análise, tal como Cambraia e Araújo (2014).

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O exame dos resultados de estudos sociolinguísticos brasileiro em função da variável sexo/gênero insere-se em um debate maior, chamado por Scherre e Yacovenco (2011), que propõem uma agenda de trabalho (discussão mais ampla):

- A importância da codificação da variável sexo na busca do entendimento do papel do gênero – a questão da comparabilidade dos resultados.
- A questão das amostras e dos gêneros discursivos: será que há mesmo reversão de mudança ou apenas mais percepção do *tu*?
- A necessidade de amostras maiores para análises dos dados dos homens e das mulheres separadamente.
- O controle do papel do indivíduo (tarefa metodologicamente fácil) e das comunidades de prática (tarefa metodologicamente difícil).
- A importância da relação entre os interlocutores no processo de escolha dos pronomes de segunda pessoa.
- A difícil tarefa de considerar a questão das classes sociais no Brasil e a importância dada por Labov (2001) à relação entre gênero e classe social e os diversos momentos da mudança linguística.
- Análise minuciosa de todos os trabalhos variacionistas sobre outros fenômenos, na busca de verificar o papel do gênero em uma gama mais ampla de fenômenos variáveis (tarefa também de múltiplas mãos e mentes). (SCHERRE, YACOVENCO, 2011, p. 141-142)

Encontramos, ao examinar estudos sociolinguísticos brasileiros, resultados contraditórios e muitas especulações *ad hoc* sobre a relação da mulher com a variedade de prestígio e o seu papel na mudança linguística. Encontramos, também, uma mudança da correlação entre uso da língua e sexo para as dimensões simbólicas e ideológicas da linguagem. Enquanto a maioria da literatura sociolinguística tradicional tem expresso o valor simbólico da linguagem dominante e das variedades de prestígio em termos de seu suposto valor econômico no mercado de trabalho, trabalhos mais recentes têm dado atenção às ideologias da masculinidade e da feminilidade.

Por fim, o exame dos estudos reitera uma percepção arraigada, reforçando a necessidade de revisão da concepção do campo de estudos. Para uma compreensão e explanação mais ampla dos resultados, os estudos so-

ciolinguísticos exigem uma equipe multidisciplinar, envolvendo áreas com maior familiaridade não só com a etnografia, se for esse o caminho trilhado, mas também com a lide sociodemográfica, a fim de relevar a hipótese da mobilidade para a explanação sociolinguística. O uso de microdados de pesquisas sociodemográficas, como a base do IBGE, por exemplo, requer conhecimentos específicos das categorias controladas. O que temos é uma Sociolinguística feita só por linguistas, o que releva o componente linguístico mas o controle do social é feito por *default* dos bancos de dados.

## REFERÊNCIAS

- AEBISCHER, Verena; FOREL, Claire. **Falas masculinas, falas femininas**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BAILEY, Guy; TILLERY, Jan. Some sources of divergent data in sociolinguistics. In: FOUGHT, Carmem. **Sociolinguistic variation: critical reflections**. New York: Oxford University, 2004, p. 11-30.
- BARROZO, Thais Aranda; AGULLERA, Vanderci de Andrade. Sexo e linguagem: uma análise a partir das sabatinas dos ministros do supremo tribunal federal Joaquim Barbosa e Rosa Weber. *Revista da ABRALIN*, v. 13, n. 1, p. 13-38, 2014.
- BENÇAL, Dayme Rosane; DE ALMEIDA BARONAS, Joyce Elaine; SEMCZUK, Wéllem Aparecida Freitas. A variação estilística na fala dos moradores castrenses e londrinenses: em busca do diminutivo-inho. *Entretextos*, v. 13, n. 1, p. 334-352, 2013.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. /S/em coda de sílaba interna à luz da geo e da sociolinguística. *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 12, n. 1, p. 103-122, 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero – uma análise do censo demográfico de 2010**. Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, vol. 33. Rio de Janeiro, 2014.
- BRUSTOLIN, Ana Kelly Borba da Silva. Itinerário do uso e variação de nós e a gente em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis. *Diadorim*, v. 8, n.1, p. 351-374, 2012.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble and the subversion of identity**. Nova York/Londres: Routledge, 1990.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMBRAIA, César Nardelli; ARAÚJO, Leonardo Eustáquio Siqueira. Variação em locativos no português de Belo Horizonte: um estudo sociolinguístico. *Paralelo*, v. 20, p. 123-132, 2004.
- CAMERON, Deborah. Language: linguistic relativity: Benjamin Lee Whorf and the return of the repressed. *Critical Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 153-156, 1999.
- CARMO, Márcia Cristina do; TENANI, Luciani Ester. As vogais médias pretônicas na variedade do noroeste paulista: uma análise sociolinguística. *Alfa*, v. 57, n. 2, p. 607-637, 2013.
- CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic Theory**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2003.
- CHESHIRE, Jenny. Linguistic variation and social function. In: COATES, Jennifer (ed.). **Language and gender: a reader**. Oxford: Blackwell, 1998, p. 29-41.
- COATES, Jennifer. Gender. In: LAMAS, Carmem; MULLANY, Louise; STOK-

WEEL, Peter. **The Routhledge Companion of Sociolinguistics**. Nova York: Francis & Taylor, 2006, p. 62-68.

COSTA, Albertina de Oliveira. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 99, p. 205-210, 2004.

COULTHARD, Malcolm. **Linguagem e sexo**. Ática, 1991.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 66-92, 2009.

DEUCHAR, Margaret. A pragmatic account of women's use of standard speech. In: COATES, J.; CAMERON, D. (eds.) **Women in their Speech Communities**. London: Longman, 1988. p. 27-32.

ECKERT, Penelope. The whole woman: Sex and gender differences in variation. **Language Variation and Change**, v. 1, n. 3, p. 245-267, 1989.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, p. 87-100, 2012.

ECKERT; Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, sexo, sexualidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. [original de 1992]

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. **Language and gender**. Cambridge University Press, 2003.

FERREIRA, Jesuelem Salvani; TENANI, Luciani Ester; GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. O morfema de gerúndio “ndo” no Português Brasileiro: análise fonológica e sociolinguística. **Letras & Letras**, v. 28, n. 1, p. 167-188, 2012.

FISCHER, John L. Social influences on the choice of a linguistic variant. **Word**, v. 14, n. 1, p. 47-56, 1958.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: feminista: da redistribuição ao da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. **Working Papers em Linguística**, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko. O “social” da sociolinguística: o controle de fatores sociais. **Diadorim**, v. 8, n. 8, p. 43-58, 2012.

FREITAG, Raquel Meister Ko. O controle dos efeitos estilísticos dos papéis sociopessoais e do sexo/gênero nas entrevistas sociolinguísticas. In: II Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística, 2012, Belém. **Diversidade linguística e políticas de ensino**: anais. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2012. p. 289-296.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012.

GILES, H. Accent mobility: a model and some data. *Anthropological Linguistica*, v.15, p. 87-105, 1973.

HAGIWARA, Robert. *Acoustic realizations of American /r/ as produced by women and men*. Phonetics Laboratory, Dept. of Linguistics, UCLA, 1995.

HENRIQUE, Pedro Felipe de Lima; HORA, Dermeval da. Da fala à escrita: a monotongação de ditongos decrescentes na escrita de alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 108-121, 2013.

HOLMES, Janet. Complimenting: A positive politeness strategy. In: COATES, Jennifer (ed.). *Language and gender: a reader*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 100-120.

HORA, Dermeval da. Vocalização da lateral/l/: correlação entre restrições sociais e estruturais. *Scripta*, v. 9, p. 29-44, 2006.

KANITZ, Andréia; BATTISTI, Elisa. Variação sociolinguística na fala-em-interação: análise quantitativa e qualitativa do uso variável de vibrante simples em lugar de múltipla no português brasileiro de bilíngues português-alemão. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 3-25, 2013.

KINSEY, Alfred Charles et al. *Sexual behavior in the human male*. 1948.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: Social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language variation and change*, v. 2, n. 02, p. 205-254, 1990.

LAKOFF, Robin. *Language and woman's place*. University of Michigan, Center for Advance Study in the Behavioral Sciences, 1972.

LEITE, Cândida Mara Britto. Intersecção entre variação linguística dos róticos e a variável sexo. *Estudos Linguísticos*, v. 41, n. 2, p. 755-764, 2012.

LORIATO, Sarah; PERES, Edenize Ponzo. Gênero e a realização do /r/ em uma situação de contato linguístico. *Entretextos*, v. 13, n. 2, p.441-436, 2013.

MENDES, Ronald. Diminutivos como marcadores de sexo/gênero. *Linguística*, v. 8, p. 113-124, 2012.

MENON, Odete Pereira da Silva; LOREGIAN-PENKAL, Loremi; FAGUNDES, Edson Domingos. O que é que se faz com os resultados do VARBRUL?. *Letrônica*, v. 6, n. 1, p. 319-337, 2013.

MILROY, Lesley. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1980.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; RONCARATI, Cláudia Nívia. Questões teórico-descritivas em sociolinguística e em sociolinguística aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. **DELTA**, v. 17, n. spe, p. 45-55, 2001.

MOTA, Jacyra Andrade et al. Um estudo sociolinguístico sobre o apagamento de vogais finais em uma localidade rural da Bahia. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 15, n. 1, p. 311-334, 2012.

MOTHES, Lígia, ROSA, Nara. Um olhar sobre a linguagem de adolescentes de classe socioeconômica privilegiada. **Cadernos do Aplicação**, v. 22, n. 1, p. 93-111, 2009.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NASCIMENTO, Katiene Rozy Santos do; DE ARAÚJO, Aluiza Alves; CARVALHO, Wilson Júnior Araujo de. A redução do gerúndio no falar popular de Fortaleza: um olhar variacionista. **Veredas**, v. 17, n.2, p. 398-413, 2013.

OLVEIRA E SILVA, Gisele Machline. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs). **Introdução à Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 117-133.

USHIRO, Livia; MENDES, Ronald Beline. A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano. **Revista do GEL**, v. 8, n. 2, p. 66-95, 2011.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (orgs). **Introdução à Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 33-42.

PAIVA, Maria da Conceição. Fatores Extralingüísticos: Sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília (org.). **Introdução à Sociolinguística variacionista**. Cadernos Didáticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992, p. 69-73.

PIRES, Lisiane Buchholz. A palatalização das oclusivas dentais em São Borja. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL**, v. especial, n. 1, p. 1-23, 2003.

RICKFORD, John R.; MCNAIR-KNOX, Faye. Addressee-and topic-influenced style shift: A quantitative sociolinguistic study. In: BIBER, Douglas; FINEGAN, Edward (eds.) **Sociolinguistic perspectives on register**. Oxford: Oxford University Press, 1994, p. 235-276.

RODRIGUES, Ana Germana Pontes; ARAÚJO, Aluiza Alves de. Tarra onde, menina réa? A aspiração de/v/no falar de Fortaleza. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 22, n. 2, p. 11-58, 2014.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. Concordância verbal, sociolinguística e história do português brasileiro. **Fórum Linguístico**, v. 4, n. 1, p. 115-145, 2004.

ROMAINE, Suzanne. Variation in Language and Gender. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. **The Handbook of Language and Gender**. Oxford:



Blackwell, 2003, p. 69-97.

RUBIO, Cássio Florêncio. Por uma definição da variante estigmatizada na concordância verbal no interior paulista: a atuação da variável gênero/sexo. **Estudos Linguísticos**, v. 36, n. 2, p. 380-388, 2007.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. Uma breve incursão pela fala culta recifense: vogais médias pretônicas à luz da sociolinguística. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, v. 17, n. 2, p. 7-30, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; RONCARATI, Claudia Nivea. Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL): origens e trajetórias. **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 37-49, 2008.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**, v. 10, n. 3, p. 121-146, 2011.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. Concordância verbal e a variável “sexo” em três comunidades linguísticas do interior do Estado da Bahia. **Estudos da Língua (gem)**, v. 10, n. 2, p. 207, 2012.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 11-30, 2002.

THORNE, Barrie; HENLEY, Nancy. **Language and sex: difference and dominance**. Massachussets: Newsbury House, 1975.

TRUDGILL, Peter. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. **Language in society**, v. 1, n. 02, p. 179-195, 1972.

VITÓRIO, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar. Realizações do sujeito expletivo em construções com o verbo ter existencial na fala alagoana. **Leitura**, v. 1, n. 47, p. 177-191, 2011.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. **Gender & society**, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987.

